

Jornal dos Economistas RJ

Nº 105 • Janeiro 1998

O Plano Real e a inserção internacional do Brasil

Paulo Nogueira Batista Jr. critica o aumento da dependência externa brasileira e propõe alguns elementos de outra agenda econômica para o país, baseada em mudança do regime cambial, política austera de importações, promoção mais agressiva de exportações, reforma tributária e maior cautela diante dos mercados financeiros internacionais, "que são uma armadilha terrível". Páginas 10 a 13



RIO 1999:
13º Congresso Brasileiro de Economistas
7º Congresso Latino-Americano de Economistas

Relatório: Cepal faz balanço otimista da economia do continente

Páginas 3 e 4

Artigo: O papel das políticas industrial e tecnológica,
por Helena Lastres

Páginas 5 e 6

Artigo: Impasses do capitalismo globalizado,
por José Carlos de Souza Braga

Páginas 7 e 8

Artigo: Globalização econômica e reação política local,
por J. Carlos de Assis

Páginas 14 e 15

Balanço das atividades do Corecon/IERJ/Sindecon em 1997

Páginas 18 a 20

O Grupo de Trabalho sobre Mercado Financeiro das entidades de economistas do Rio de Janeiro, que vem se reunindo periodicamente, discutiu o artigo do economista americano Paul Krugman, publicado na imprensa brasileira no último fim de semana e disponível na home page do Ministério da Fazenda.

Os acontecimentos dos últimos meses aguçaram as preocupações quanto aos efeitos encadeados de surtos de instabilidade financeira em "mercados emergentes". Ainda não se podem dimensionar adequadamente as conseqüências da crise cujo epicentro situa-se nos países asiáticos. Alguns autores, como Krugman, interpretam a crise como uma decorrência da permissividade institucional que se estabeleceu diante de crescentes disponibilidades de crédito, alocado em operações especulativas com ativos, notadamente terra e imóveis. Tratar-se-ia de um caso de "risco moral" inerente à suposição, por parte dos intermediários financeiros, de que, em caso de perdas em créditos de alto risco, os respectivos governos assumiriam os prejuízos.

O argumento de Krugman vem sendo utilizado pelas autoridades econômicas brasileiras para buscar caracterizar a diferença entre a situação do nosso país e a dos asiáticos em crise. É necessário alertar para algumas armadilhas presentes nessa conclusão, otimista e apressada. Em primeiro lugar, o respaldo governamental perante o risco de graves crises bancá-

rias sistêmicas é a regra no capitalismo contemporâneo. Como registra o próprio Krugman, esse foi o caso das *saving and loans norte-americanas*; é o caso do nosso Proer; mais recentemente, o governo japonês anunciou uma linha de crédito de US\$ 238 bilhões para garantir o sistema bancário do país. Nas conclusões a serem tiradas das observações de Krugman, deve-se ressaltar o risco de se basear a política financeira nacional em garantias cujos valores podem mostrar-se extremamente voláteis.

A engenharia montada pelas autoridades nacionais incorre em dois tipos de risco. Como se sabe, os déficits em transações correntes vêm sendo financiados pela entrada de capitais externos, atraídos principalmente pela expectativa das privatizações. No curto prazo, o valor atribuído a esses ativos pode ser afetado pelos movimentos internacionais de capital, ou seja, pelos desdobramentos da crise em curso. Mas, mesmo que o mercado internacional se estabilize e as expectativas positivas das nossas autoridades quanto à entrada de recursos se confirmem, ainda assim o país será forçado a aumentar o envio de recursos para o exterior, seja através do pagamento de juros e dividendos aos investidores internacionais, seja por causa das alterações de portfólio que estes investidores resolvam promover, desfazendo-se de ativos acumulados no país. Isso aumenta a exposição do Brasil a riscos futuros e sua vulnerabilidade externa.

NOTA SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA

Os Conselhos Federal e Regional/RJ de Economia estão participando ativamente das discussões em torno do Artigo 58 da Medida Provisória nº 1.549 que desvincula do setor público os Conselhos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas. Os conselhos manifestam-se:

1. pela inconstitucionalidade da referida matéria ter sido editada por meio de Medida Provisória, visto sua natureza não justificar o uso desse instrumento, que poderia ter sido encaminhada como Projeto de Lei ao Congresso Nacional, tendo em vista tratar-se de tema relevante, posto o interesse não só das profissões regulamentadas, mas da sociedade como um todo;
2. pela manutenção do controle externo das suas atividades financeiras e administrativas pelo Tribunal de Contas da União, considerando o compromisso ético das Entidades junto à sociedade brasileira, apesar de reconhecerem as dificuldades e limitações desse órgão para o exercício de tal controle, dada a carência de recursos humanos e materiais.

E ressaltaram, ainda, que a consolidação das liberdades democráticas e o exercício pleno da cidadania não podem prescindir das entidades representativas da sociedade. Nesse sentido, consideram fundamental o papel dos conselhos e ordens profissionais na defesa da sociedade através da fiscalização do exercício profissional.

COMDEX/RIO'98

A cidade sediará no Riocentro o COMDEX/Rio'98, cujos organizadores esperam um público de 120 mil pessoas. Serão 10 mil metros quadrados de área ocupada com estandes de equipamentos e serviços de informática. Para os consumidores, uma grande feira com muitos lançamentos; na área tecnológica, o Congresso Técnico, que está sendo preparado pela SUCESU-RJ. Como importante centro de equipamentos e desenvolvedor de softwares, o congresso promete disseminar a tecnologia da informação.

CONVÊNIO

CORECON-RJ / MNBA

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras do acervo de artistas representativos da cultura brasileira, o *Jornal dos Economistas* reproduz na capa uma obra de Djanira da Mota e Silva, artista autodidata nascida em Avaré, São Paulo, em 1914. Suas obras fazem parte dos principais museus no Brasil e no exterior, e a temática do trabalho da artista – que apresentou seus trabalhos pela primeira vez em 1942, no Salão Nacional de Belas Artes, no Rio, e a partir daí ganhou inúmeras premiações – é predominantemente brasileira, com grande domínio artesanal.

Nota técnica (capa): *Armazém do café*, 1967, linoleogravura com área impressa de 22 x 30,5 cm.

ERRATA

Na legenda da fotografia da página 14, relativa à matéria da entrega do Prêmio de Monografia CORECON-RJ 1997, publicada na edição passada, o primeiro professor, da esquerda para a direita, é o orientador da monografia *A independência do Banco Central: o caso brasileiro*, Fernando Carlos Cerqueira Lima, da UFRJ, e não Fernando Roberto de F. Almeida, membro da banca.

CORECON – Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - Cep 20054 - Tel. (021) 224-0578
- Fax 221-0958 - E-mail coreconrj@ax.apc.org

Presidente: Adhemar dos Santos Mineiro • Vice-Presidente: Reinaldo Gonçalves • Conselheiros Efetivos: Ronaldo Raemy Rangel, José Roberto Soeiro, Hélio Portocarrero, Maria José Cyhlar Monteiro, Adhemar dos Santos Mineiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascounto da Rocha, José Clemente de Oliveira • Conselheiros Suplentes: Nelson Chalfun Homsy, Renato Luiz Mello de Oliveira, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Luiz Mário Behnken, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares • Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49 - Tel. (0247) 238333

SINDECON - Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro
Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1608 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000 - Tel.: (021) 262-2535 - Fax: 240-4366 - E-mail: sindecon@embratel.net.br

IERJ - Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco, 109, 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054-900 - Tels.: (021) 224-0578 e 509-1077
E-mail: ierj@ax.apc.org

JORNAL DOSECONOMISTAS
ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-IERJ-SINDECON/RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Ilustração da capa: *Armazém do café*, lineogravura gentilmente cedida pelo Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e reproduzida por João Diaz.
Conselho Editorial: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira
Edição Eletrônica: Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367
Fotolito e Impressão: Tipológica Tel. (021) 509-3366

Tiragem: 20.000 exemplares
Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das Entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.
Edição: Conselho Regional de Economia-RJ
Jornalista Responsável: Beatriz Bonfim (MT 11916)
Projeto Gráfico da Capa: Dinho

Cepal faz balanço otimista da economia do continente

A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) divulgou o "Balanço preliminar da economia da América Latina e do Caribe" para 1997, chamando a atenção para o fato de que o continente registrou "o melhor desempenho dos últimos 25 anos", com uma taxa de crescimento de 5,3% (contra uma média de 3,2% para o período 1991-96) e uma inflação inferior a 11%. O produto por habitante aumentou 3,6%, atingindo um valor 13% maior do que no começo da década.

Embora o déficit em conta-corrente tenha tido um aumento de US\$ 35 bilhões em 1996 para US\$ 60 bilhões em 1997, o fluxo de capital estrangeiro neste ano, estimado pela Cepal em pelo menos US\$ 73 bilhões, "cobrirá com sobra a lacuna".

"A composição do capital que tem ingressado na América Latina é mais estável do que há alguns anos", diz o texto, com 2/3 dele correspondendo a investimento direto. É provável que a região registre um crescimento menor em 1998, "talvez se aproximando da média dos anos 90", mas com inflação sob controle e sendo "pouco provável que a crise financeira asiática (...) desencadeie novas crises cambiais". Como dados preocupantes permanecem a questão do emprego (que também teve "uma ligeira melhora") e as demais dificuldades em reduzir com maior rapidez a pobreza. As entidades dos economistas do RJ realizarão, em março, um seminário para a apresentação do documento, em conjunto com a CEPAL.

A seguir, trechos do documento, selecionados pelo Corecon-RJ.

A política macroeconômica

"A melhora das expectativas permitiu um salto qualitativo no ambiente macroeconômico em relação aos dois últimos anos. Em 1997, colheram-se os frutos dos esforços voltados para obter a estabilização interna e o saneamento do setor bancário. (...) A confiança e os avanços obtidos no saneamento do sistema bancário permitiram uma ampliação dos créditos, que resultaram em maiores investimentos. (...) Os resultados alcançados em matéria de estabilização deram a muitos países a possibilidade de flexibilizar alguns aspectos de sua política fiscal."

A política fiscal

"O crescimento mais rápido que o previsto (...) gerou maiores receitas tributárias. (...) Em geral, os gastos cresceram em maior proporção que as receitas. Após vários anos de austeridade fiscal, os países da região que contavam com uma certa folga reativaram políticas de investimentos, iniciando novas obras de infra-estrutura, e destinaram maior volume de fundos às despesas sociais. (...) O déficit fiscal da região em seu conjunto teve um leve aumento."

A política cambial

"Durante a maior parte do ano, a gestão cambial foi determinada pelas consideráveis entradas de capital estrangeiro. Elas pressionaram para a redução das cotações nominais, chegando a obrigar as autoridades monetárias a comprar divisas para evitar maior valorização real das respectivas moedas e a conse-



quente perda de competitividade dos produtos nacionais. A tendência à valorização se intensificou também no primeiro semestre, com a valorização da divisa norte-americana nos mercados internacionais. Isso barateou o preço relativo das importações regionais provenientes do Japão e da Europa e contribuiu para controlar as pressões

inflacionárias internas. Essa valorização real foi moderada como consequência da crise asiática, que provocou inquietação nos principais mercados cambiais da região e levou a ajustes cambiais de certa magnitude em vários países, inclusive México e Chile. Contudo, as moedas regionais tiveram uma valorização real de 4%, em média."

A política monetária

"A oferta monetária se expandiu de maneira notável durante o período examinado por causa da monetização das entradas de capital externo, que continuou sendo elevada e resultou num aumento das reservas internacionais líquidas e na expansão do crédito interno, em especial aquele destinado ao setor privado. Apesar da colocação de títulos, o coeficiente de liquidez real em moeda nacional aumentou o equivalente a 5 pontos percentuais em relação ao PIB. Essa expansão monetária, que respondeu a uma forte demanda por moeda nacional, se relaciona muitas vezes com uma remonetização das economias que viveram episódios recentes de inflação alta. Assim, as maiores expansões foram registradas em países como Brasil e Venezuela. A adequação da oferta monetária à maior demanda por dinheiro evitou os efeitos desestabilizadores que, em geral, acompanham as emissões de tal envergadura. Como consequência, a expansão da liquidez não levou a uma deterioração das contas externas, e a demanda monetária manteve correlação com uma desaceleração do ritmo inflacionário."

O desemprego

"Em 1997, o desemprego urbano regional decresceu levemente de 7,7% para 7,5%, mas se manteve em níveis altos em termos históricos. (...) Em muitos países da região, as transformações econômicas favorecem o desaparecimento de grande quantidade de postos de trabalho, que as atividades mais dinâmicas muitas vezes não podem compensar com a criação de empregos de boa qualidade. Dessa maneira, uma fração elevada dos novos postos mostra sinais de precariedade e instabilidade."

O crescimento da economia

“O modesto ritmo de crescimento do Brasil impediu uma expansão ainda maior da economia regional. (...) [Mesmo assim,] em 1997 o crescimento foi generalizado, o que assegurou a tendência que já se insinuava em 1996, depois das grandes disparidades do exercício anterior. (...) No presente ano (1997), nenhum dos países sofrerá retrocesso no nível de atividade, enquanto seis deles (Argentina, Chile, México, Peru, República Dominicana e Uruguai) terão expansões de 6% a 8%; em sete economias o ritmo do crescimento ficará entre 4% e 6%; em nove, em torno de 3%. Apenas três países (Haiti, Jamaica e Santa Lúcia) apresentarão estagnação ou terão um crescimento pequeno.”

No biênio 1996-1997, o avanço da região em seu conjunto foi estimulado pelo dinamismo dos investimentos, que superaram em muito o aumento do PIB. A taxa de investimento subirá para cerca de 24% do PIB, a mais alta da década. Os investimentos cresceram de modo especialmente acelerado na Argentina, Bolívia, Costa Rica, México, Nicarágua, República Dominicana e Venezuela. Esse incremento obedeceu em grande medida ao financiamento externo, pois a expansão da poupança doméstica foi inferior à taxa de crescimento do PIB.

Outro elemento que contribui para explicar a aceleração da atividade foram as exportações, que apresentaram aumentos importantes em vários países. No entanto, o desvio de parte importante da demanda interna para as importações enfraqueceu o crescimento. Neste último aspecto incidiram as políticas de abertura dos últimos anos e, em especial, a significativa deterioração da cotação cambial real na maioria dos países da região.”

A inflação

“Nos últimos anos, a taxa média regional tem apresentado uma queda constante, de 888% em 1993, para 335% em 1994, 26% em 1995, 18% em 1996 e 11% em 1997, o nível mais baixo em cinquenta anos. Some-se a isso o fato de que 13 dos 22 países considerados registrarão uma inflação de apenas um dígito. (...) Entre os melhores resultados observados, destaca-se o caso da Argentina, que em 1997 não registrou inflação, repetindo o desempenho do ano anterior.”

O Brasil também conseguiu moderar o aumento dos preços de maneira significativa, depois de apresentar taxas de quatro dígitos no final da década de 1980 e no começo da atual, chegando a apenas 4% em 1997.

Do mesmo modo, produziram-se avanços em países que recentemente haviam sofrido um surto inflacionário. Por exemplo, no México, depois do forte aumento verificado em 1995, a inflação declinou para 28% em 1996 e para cerca de 15% em 1997.

A significativa desaceleração do ritmo inflacionário dos anos 90 obedece, em essência, à mudança na condução da política econômica dos últimos anos, com o combate à inflação passando a ter evidente prioridade, assim como às profundas reformas estruturais, somadas a uma situação bastante promissora da economia internacional. Os governos deram sinais inequívocos em seu esforço de estabilização, que produziram um efeito favorável nas expectativas dos agentes econômicos relevantes.”

O déficit em conta-corrente

“O déficit em conta-corrente da América Latina e do Caribe foi ampliado de US\$ 35 bilhões em 1996 para US\$ 60 bilhões em 1997 (3% do PIB). Incidiram nesse resultado, de forma preponderante, os fortes déficits de Brasil, Argentina e México, aos quais se somou uma diminuição do tradicional superávit gerado na Venezuela (se este último país – superavitário – fosse excluído, o saldo negativo chegaria aos US\$ 65 bilhões). Em outros países, o déficit em relação ao PIB foi superior a 4%, sendo que no caso da Bolívia, Haiti, Nicarágua e Paraguai superou 5% do PIB.”

Em 1997, o padrão do comércio internacional da região voltou à pauta habitual do começo da década, caracterizada por maior aumento no valor das importações que no das exportações. Como consequência, foi ampliado o déficit comercial da região, que nos dois anos anteriores era da ordem de US\$ 8 bilhões e em 1997 superou US\$ 28 bilhões. Mais de 4/5 dessa deterioração correspondem ao aumento espetacular dos déficits do Brasil e da Argentina e à brusca contração do superávit do México. Em sua maior parte, a ampliação do déficit comercial regional decorreu da mudança de sinal da balança comercial, que voltou a ser deficitária em US\$ 11,5 bilhões, após dois anos registrando excedentes (de US\$ 4,4 bilhões em 1996). (...)

Além da forte deterioração da balança comercial, o déficit em conta-corrente se explica pela ampliação dos desembolsos pelo serviço de fatores. Essas remessas tiveram um crescimento significativo, representando 6% das exportações de bens e serviços da região. Apesar de sua magnitude, o déficit em conta-corrente foi financiado com folga, e a região pôde aumentar suas reservas em mais de US\$ 13 bilhões.”

As exportações

“Parte do aumento das compras externas pôde ser financiada graças a uma melhora generalizada, com exceção do México e da Venezuela, dos termos de intercâmbio e à expansão do volume de vendas, que, somadas, aumentaram o poder de compra das exportações. (...) Foi determinante nessa evolução o aumento dos preços médios de exportação da maioria dos países. (...)”

Num contexto de valorização real generalizada das moedas, todos os países (com a exceção do Paraguai) conseguiram aumentar as vendas físicas ao exterior, em proporções tais que constituíram a causa principal da expansão das receitas de exportação (exceto em Honduras). Em esfera regional, o aumento de mais de 11% equivale ao dobro do correspondente ao produto e supera o aumento do volume do comércio mundial previsto para 1997 (7%).

Esse fato ressalta a importância relativa que adquirem outros fatores, fora a cotação cambial, na determinação do desempenho exportador da região. Entre eles aparecem, além dos fatores de oferta: (a) o crescimento sustentado da economia mundial, avaliado entre 3% e 3,5% em 1997; (b) a intensificação do comércio nos agrupamentos subregionais de integração, especialmente no Mercosul, onde de novo esse comércio cresceu mais que o global; e (c) o desenvolvimento da indústria ‘maquiadora’ na América Central e Caribe (Haiti e República Dominicana), subregiões que registraram algumas das taxas mais elevadas de expansão dos embarques.”

AMÉRICA LATINA E CARIBE: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

	1994	1995	1996	1997*
Atividade econômica e preços				
	<i>Taxas de variação anual</i>			
Produto interno bruto	5,4	0,2	3,5	5,3
Produto interno bruto por habitante	3,7	-1,5	1,9	3,6
Preços ao consumidor	335,1	25,9	18,4	10,5
Relação de intercâmbio	4,1	3,5	0,6	2,0
Setor externo (em bilhões de dólares)				
Exportações de bens e serviços	-222,7	264,4	294,0	326,2
Importações de bens e serviços	200,5	272,8	302,2	354,3
Balanço de bens	-13,6	1,9	4,4	-11,5
Balanço de serviços	-12,0	-10,3	-12,6	-16,6
Saldo renda de fatores	-34,9	-38,8	-41,8	-46,3
Saldo em conta-corrente	-48,6	-32,3	-35,5	-59,9
Conta de capital e financeira	42,2	25,4	62,9	73,5
Balanço global	-10,3	-6,8	27,4	13,6
Dívida externa total	557,0	608,0	629,1	644,6

Fonte: Cepal, com base em cifras oficiais.
* Estimativas preliminares.

A dívida externa

“Em 1997, o montante da dívida externa regional foi ampliado para US\$ 644 bilhões, com uma taxa de variação de 2,5%, inferior à taxa do ano anterior. Apenas no Brasil, Chile e Colômbia foram registrados aumentos significativos no montante dos passivos externos, fundamentalmente por causa de compromissos maiores do setor privado e, no caso da Argentina, da expansão da dívida externa pública. Vários governos da região aplicaram uma política prudente para melhorar o perfil dos vencimentos de sua dívida externa pública, ao mesmo tempo em que continuaram os esforços para reduzir seu custo financeiro. Para isso, recorreram sobretudo aos mercados internacionais de títulos, aproveitando sua liquidez e as melhores condições existentes até setembro de 1997. Alguns governos destinaram parte dos vultosos recursos obtidos para amortizar dívidas de curto prazo, enquanto outros utilizaram para trocar títulos Brady.”

Os indicadores das despesas da dívida externa apresentaram uma melhora generalizada. Em 1997, foram semelhantes aos registrados antes da crise da dívida externa dos anos 80. No entanto, alguns países, em especial centro-americanos, continuaram apresentando indicadores preocupantes.”

A globalização e o papel das políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico

Helena Lastres*

Tendo em vista as contribuições recentes quanto à discussão do conceito de globalização, sua importância e impactos, cabe destacar que – apesar da imprecisão do conceito e embora os estudos envolvam grandes divergências – a maioria dos autores está de acordo quanto a algumas questões:

- O processo não é novo, e o termo procura dar conta de uma nova 'formatação' do capitalismo, cristalizada nas últimas décadas.

- Essa nova 'formatação' envolve diferentes aspectos e dimensões (tecnológicas, organizacionais, políticas, comerciais e financeiras, institucionais, culturais, sociais, etc.) que se relacionam de maneira dinâmica, gerando uma reorganização da atividade econômica e uma clara re-hierarquização de seus centros decisórios. Como decorrência, salienta-se a realocação internacional da atividade produtiva e dos fluxos de comércio, informação e conhecimentos, que se concentram aceleradamente na denominada Tríade (Estados Unidos, Japão e países da Europa Ocidental). Com o desmantelamento do bloco socialista, ela vem consolidando sua hegemonia.

- Dentre tais diferentes dimensões, dois fenômenos correlacionados formam os principais catalisadores da atual aceleração do processo de globalização: o crescente movimento de desregulamentação dos mercados (sobretudo a desregulamentação dos sistemas financeiros e dos mercados de capitais) e o desenvolvimento e difusão do novo paradigma tecnoeconômico das tecnologias da informação.¹ Ligado a tal aspecto, destaca-se a abertura de novos horizontes de tempo e espaço, historicidade e territorialidade, ou, pelo menos, novas formas de analisar tais dimensões.

- A globalização deve ser vista como um processo dialético que envolve importantes questões de diversidade em várias dimensões. O capitalismo global simultaneamente promove e é condicionado pela: homogeneidade e heterogeneidade; desconcentração e concentração; liberalismo, planejamento e intervencionismo; economias locais e nacionais *versus* blocos regionais e economia mundial; instituições e políticas subnacionais *versus* nacionais, regionais e internacionais; etc.²

- O denominado sistema-mundo exerce influência sobre o desenvolvimento e, mais importante, o subdesenvolvimento das sociedades nacionais e locais inseridas nas estruturas globais. Aqui salientam-se divergências entre pelo menos três grupos de autores: (i) aqueles que vêem a globalização

como um processo que amplia as diferenças dos atores e espaços envolvidos; (ii) aqueles que ou não dão atenção a tal fato ou o tratam como algo relativamente neutro; e (iii) os que defendem a tese de que tal processo trará benefícios para todos e, em particular, aqueles menos desenvolvidos.

- A concepção de Estado-nação está sendo revista. Quanto a tal aspecto, cabe também apontar uma divergência entre os autores contra e a favor da conclusão de que as novas forças (econômicas, políticas, geopolíticas, sociais e outras), operando em escala mundial, vêm desafiando o Estado-nação e sua soberania como *locus* da hegemonia. No lado que apóia tal conclusão, encontram-se aqueles autores que argumentam que, como decorrência da globalização, os espaços para as políticas nacionais e os projetos nacionais foram reduzidos, ou mesmo anulados.³

Uma vertente dessa discussão analisa especificamente as evidências disponíveis quanto à tendência ao chamado tecnoglobalismo, isto é, o processo de globalização das atividades inovativas, assim como sua distribuição por países e grupos de países, destacando-se a participação dos países em desenvolvimento. Neste caso, a análise baseia-se principalmente no exame de dados sobre alguns dos chamados *outputs* tecnológicos (patentes), assim como na avaliação da dinâmica do reconhecido formato organizacional associado à idéia de globalização das atividades de pesquisa e desenvolvimento: a formação e operação de alianças tecnológicas e redes de inovação.

Dados e análises disponíveis revelam que o desenvolvimento das novas tecnologias da informação permitiram, particularmente às grandes corporações, utilizar recursos e insumos tecnológicos (e produtivos) espalhados em diversos países e regiões. A proliferação das alianças tecnológicas internacionais ampliou e intensificou essa possibilidade. Contudo, tais atividades têm-se restringido a um espaço privilegiado e extremamente concentrado. Com as evidências atualmente disponíveis, não se pode comprovar a internacionalização efetiva nem das atividades de pesquisa nem dos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos pelas mesmas.

Outras conclusões são: (i) os resultados da análise realizada são consistentes com a teoria da acumulação internacional de tecnologias, a qual indica que o processo de capacitação tecnológica é específico, diferenciado e cumulativo, refletindo as características de cada país e localidade, por exemplo, de seus processos de aprendizado; (ii) as evidências indicam que a geração de

tecnologias permanece organizada centralmente dentro das fronteiras dos países de origem das empresas; (ii) os acordos de cooperação tecnológica cresceram muito, particularmente nos anos 80, mas tal crescimento restringiu-se aos grandes conglomerados transnacionais com origem nos países mais avançados; (iii) a estratégia mais comum desses conglomerados é a de implantar unidades de monitoração naqueles países que possuem recursos científico-tecnológicos mais avançados, configurando-se a visão da empresa-polvo, que usa seus tentáculos para adquirir e explorar em cada país suas excelências em pesquisa, mais propriamente do que descentralizar seu cérebro; (iv) a participação de países menos desenvolvidos no esforço de pesquisa e desenvolvimento realizado em nível mundial é muito reduzido, estimado em torno de 2% se a China e os países do Sudeste Asiático forem excluídos (Lastres, 1997).

Retomando o objetivo central deste artigo, aponta-se que tem sido muito questionado o papel das políticas nacionais no atual contexto de aceleração da globalização. Nessa discussão, destacam-se três tendências principais, que são vistas como contribuindo para acarretar a perda de diversos atributos de soberania nacional, econômica e política, e desafiar o Estado-nação e sua soberania como *locus* da hegemonia. São elas (i) a ascensão de novas forças (econômicas, políticas, sociais, culturais e outras) operando em escala mundial; (ii) a crescente sobredeterminação das políticas nacionais a condicionantes externos e supranacionais;⁴ (iii) a crescente valorização de políticas tanto supra quanto subnacionais.

No entanto, cabe argumentar que tais hipóteses, observações e conclusões mostram-se circulares. Se, por um lado, as tendências acima referidas são vistas como decorrentes do avanço do próprio processo de globalização, por outro, não se pode esquecer que uma das razões fundamentais para a atual aceleração do processo de globalização refere-se exatamente às transformações que, no quadro político-institucional, expressaram-se no avanço da onda neoliberal. Assim, não é de se estranhar que algumas das reflexões que se fazem atualmente sobre as perspectivas de evolução de tal processo reproduzam características e condições semelhantes às daquele quadro político-institucional. Outro aspecto correlato que deve ser considerado é o reconhecimento da importância crescente de políticas nacionais que buscam adaptar e reorientar os sistemas produtivos ao novo cenário. Aliás, ressalte-se

que tal aspecto é tido como paradoxal por muitos autores.

De forma geral, propõe-se que tais paradoxos aparentes sejam interpretados como dimensões que se somam, sem deslocar a condição anterior. Em outras palavras, no caso específico do papel das políticas nacionais no novo cenário, sugere-se que seja realizada uma reflexão partindo do pressuposto de que mudanças importantes estão ocorrendo. Importa analisar tais mudanças, identificar os novos objetivos e rumos seguidos, para então voltar à discussão sobre sua importância e peso relativos.

Destaca-se também o fato de que (i) a adaptação da economia tenderá a se transformar num processo lento e doloroso se deixada por si só, principalmente em períodos de radicais mudanças tecnológicas e institucionais; (ii) o papel de políticas públicas que estimulem a promoção e renovação do processo cumulativo de aprendizado é particularmente destacado em tais ocasiões.⁵

Neste sentido, ressalta-se que – em alguns dos principais debates atuais sobre o enfraquecimento dos Estados-nação e sua capacidade de formular políticas nacionais – as teses que colocam as instâncias locais, nacionais e supranacionais como opostas à globalização são criticadas como falsas. Particularmente, aponta-se para um novo papel dos Estados nacionais na definição de políticas domésticas (tanto nacionais como subnacionais) crescentemente articuladas em nível de blocos regionais. O erro, portanto, estaria em tomar tal tendência como antagônica à experiência anterior.

Reconhece-se que a atual fase de aceleração do processo de globalização traz novos desafios à definição e implementação de projetos e políticas nacionais. Porém, deve-se ressaltar que também se abrem novas oportunidades, melhor aproveitadas pelas sociedades que têm coesão, estratégia e políticas eficientes para delas tirar proveito. Assim, o objetivo de equacionar tais desafios deve ser visto, não em contraposição à alternativa de se definirem políticas nacionais, mas sim como novo espaço para a realização das mesmas. Argumenta-se que, ao invés de perderem sentido, na verdade, as políticas nacionais passam a ter seu alcance, desenho, objetivos e instrumentos reformulados, visando ao atendimento dos novos requerimentos impostos por um conjunto de fatores associados, no qual se inclui a aceleração do processo de globalização.

A conclusão geral é, portanto, de que o debate nessa área deveria evoluir da argumentação sobre as políticas

nacionais estão ou não se tornando obsoletas, para uma discussão aprofundada sobre as principais adaptações e reformulações que as mesmas devem sofrer no sentido de melhor enfrentar os novos desafios. Particular atenção deve ser dada ao objetivo de os projetos e políticas nacionais articularem a crescente importância conferida às dimensões sub e supranacionais.

Os desafios e impasses enfrentados pelos países menos avançados face ao processo de aceleração da globalização são semelhantes e até mais sérios do que aqueles identificados no caso dos países mais avançados. Salienta-se aqui a argumentação daqueles autores que vêem como consequência da aceleração do processo de globalização: o acirramento das disparidades e a aceleração do processo de polarização entre regiões, países e grupos sociais (ricos e pobres em informação; integrados e não integrados globalmente). Neste caso, ressalta-se, por um lado, a preferência pela atuação nos mercados que dispõem de renda que lhes garanta relevância em nível mundial, que dispõem de infra-estrutura e adotam normas trabalhistas, ambientais e tributárias consideradas mais atrativas, "flexíveis" ou "competitivas". Por outro lado, aponta-se para a paulatina marginalização e exclusão daqueles mercados e segmentos de mercado que não oferecem tais condições.

Assim, chegamos a um dos principais desafios enfrentados hoje pela economia brasileira, os quais em muitos sentidos são parecidos com os de outros países em condições semelhantes. De forma resumida, esses desafios referem-se à exigência de definir e implementar uma estratégia de desenvolvimento industrial num cenário onde internacionalmente se rediscute e redefine o papel e formato das novas políticas nacionais para promoção do desenvolvimento industrial; assim como o próprio papel e tamanho do setor governamental. Nesse processo, salienta-se particularmente estar sendo quebrada a forma anterior e mais tradicional de intervenção do Estado, com a "reestruturação" do próprio aparelho de Estado e a alteração de posturas altamente protecionistas para outras, radicalmente opostas, de abertura econômica e promoção de competitividade internacional – na maioria dos casos, de forma drástica e intempestiva, sem medidas compensatórias e de ajuste gradual.

Na ausência de políticas para orientar o crescimento produtivo e o desenvolvimento, crescem as demandas e pressões por proteções específicas, por esquemas casuísticos de fomento setorial e por incentivos fiscais descoordenados (gerando verdadeiras guerras entre estados e municípios), os quais evidentemente não podem ser estendidos a todos.

Como decorrência, como registrou Luciano Coutinho (1996, p. 232), em cenários com tais características "beneficiam-se os lobbies melhor estruturados, com maior capacidade de articulação política, capazes de extrair do Estado a concessão de políticas excepcionais. Ao invés de viabilizar uma política isonômica e estimulante, de incentivo sistêmico à busca de competitividade, a distorção cambial sobrevalorizado/juros altos tende a agravar a heterogeneidade e a desigualdade de oportunidades de desenvolvimento. Esse 'excesso' de seletividade darwiniana termina sendo contraproducente, na medida em que inviabiliza o futuro de setores com potencial."

Recomenda-se, portanto, reorientar o programa de estabilização para assentá-lo em um novo eixo de desenvolvimento econômico e industrial, apontando-se, contudo, que para tal é fundamental compreender pelo menos três aspectos:

- A atual fase do processo de aceleração da globalização e difusão dos novos padrões de acumulação associados às tecnologias da informação não deve ser vista como naturalmente benigna para os países menos desenvolvidos;

- O atual quadro certamente abre novas oportunidades, as quais podem ser melhor aproveitadas pelas sociedades que possuem coesão, estratégia e políticas eficientes para delas tirar proveito;

- O modelo de "inserção competitiva", conforme praticado no Brasil desde o início dos anos 90, não deve ser considerado como a única alternativa possível para enfrentar os novos desafios impostos por uma economia mundial crescentemente globalizada.

É particularmente necessário ressaltar que – no novo cenário crescentemente globalizado, que desafia a inserção competitiva dos diferentes países – a busca da competitividade a qualquer preço pode gerar efeitos adversos, particularmente em matéria de empre-

go e salários, dilapidação e deterioração do meio ambiente.⁶ Ressalte-se também que o desenvolvimento competitivo pode ser compatível com um projeto social de ampliação das oportunidades de emprego, remuneração e qualidade de trabalho e de vida, desde que incorpore de forma explícita esses objetivos.

* PhD em Política de Ciência e Tecnologia e Industrialização pela Universidade de Sussex (Inglaterra), pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT) e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPCI) da UFRJ. E-mail: hlalstres@ie.ufrj.br

Notas

1. A difusão cada vez mais acelerada desse novo padrão vem propiciando os meios técnicos para que, de fato, se articulem em tempo real organizações e outras instâncias geograficamente distantes. As inovações técnicas, organizacionais e institucionais geradas nas duas últimas décadas, ao facilitarem a montagem e operação de redes e sistemas que operam em escala global, aumentaram de forma significativa a amplitude e a velocidade de circulação de bens e serviços, informações, valores e símbolos culturais.

2. Quanto à aparente controvérsia 'leis do mercado versus planejamento de setores produtivos', salientam-se dois aspectos principais: (a) as empresas tradicionais (precisamente as maiores beneficiárias da liberalização e generalização dos mercados) são as maiores especialistas em planejamento; (b) as políticas de 'modernização' e 'racionalização', assim como as de 'desregulamentação', 'desestatização' e 'liberalização' preconizadas pelo FMI e o Banco Mundial, também significam reorientação do uso de recursos, mobilização de fatores e racionalização da produção – isto é, imposição de novas formas de planejamento.

3. Aponta-se a existência de novas formas de vínculos, imperialismos, dependências e interdependências no novo cenário, assim como de centros de poder que, atuando em escala global, sobrepõem soberanias e hegemonias: blocos geopolíticos, sistemas econômicos regionais, empresas transnacionais e organismos internacionais, como ONU, FMI, Banco Mundial, etc. Destaca-se em particular o papel das grandes empresas transnacionais que – em suas redes, alianças, operações e recursos – se transformaram em estruturas mundiais de poder, dispondo de condições consideradas suficientes para que se imponham aos diferentes regimes políticos, às diversas estruturas estatais e aos distintos projetos nacionais.

4. Ressalte-se que, há décadas, alguns autores vêm manifestando preocupação com a maior exposição das economias aos mercados internacionais e o menor grau de liber-

dade dos governos nacionais. Eles apontam para a perda de importantes graus de liberdade quanto às políticas salarial e fiscal, à dimensão do déficit fiscal, etc. Por outro lado, tais políticas passam crescentemente a incluir temas supranacionais, como meio ambiente e acordos de tributação. Acrescente-se aqui toda a definição de regras e acordos orientando o uso de redes e sistemas de informação nos níveis regional e global. 5. Os países mais avançados têm enfrentado as mudanças acima descritas de maneira diferenciada. As políticas em vigor nos países da OCDE não devem ser confundidas com a geração anterior de políticas industriais e tecnológicas, pois elas não possuem nem a simplicidade nem a relativa legibilidade daquelas. Mesmo que as novas políticas utilizem certos instrumentos tradicionais, elas recorrem a um número maior de instrumentos, aliás mais complexos (Cassiolato, 1996).

6. A referência, aqui, é ao conceito de competitividade espúria, definido para caracterizar a obtenção de vantagens competitivas centradas em desvalorização cambial, baixos salários e uso predatório de recursos minerais, energéticos e ambientais. Ver Fajnzylber, 1985; Coutinho e Ferraz, 1994; Lastres e Cassiolato, 1995.

Bibliografia

- Cassiolato, J. E., "As novas políticas de competitividade: a experiência dos principais países da OCDE", Texto para Discussão, IE/UFRJ (Rio de Janeiro, 1996).
- Chesnais, F., A mundialização do capital. Xamã, Rio de Janeiro, 1996.
- Coutinho, L., "A Fragilidade do Brasil em Face da Globalização" in Baumann, R., O Brasil e a economia global, p. 219-237. Rio de Janeiro, Campus, 1996.
- Coutinho, L. e Ferraz, J. C., Estudo da competitividade da indústria brasileira. Campinas, Papyrus, 1994.
- Fajnzylber, F., La industrialización trunca. Buenos Aires, Grupo Editorial Latinoamericano, 1985.
- Fiori, J. L., "A globalização e a novíssima dependência", Texto para Discussão n° 343, Instituto de Economia da UFRJ (Rio de Janeiro, 1995).
- Freeman, C. e Hagedoorn, J., Globalization of Technology. Maastrich, University of Limburg, 1993.
- Ianni, O., Teorias da globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- Lastres, H. M. M., "Globalização e o papel das políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico", Texto para Discussão n° 519, IPEA (Brasília, 1997).
- Lastres, H. M. M. e Cassiolato, J. E., "Contribuição do PADCT para a melhora das condições de competitividade da indústria brasileira", mimeo, elaborado por solicitação da ABIPTI para reformulação do PADCT (Rio de Janeiro, outubro de 1995).
- Tavares, M.C., e Fiori, J.L. (eds.), Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, Vozes, 1997.

FAIXA LIVRE

FAIXA LIVRE é um programa independente, de análise econômica e política, que vai ao ar de segunda a sexta-feira na Rádio Guanabara-Bandeirantes (1360 KHZ), de 7:30 às 9 horas. Apresentado por Alvaro Queiroz e Ricardo Bueno, o programa conta com colunistas de projeção nacional e é apoiado pelas entidades representativas dos economistas no estado do Rio de Janeiro – Corecon-RJ, IERJ e Sindecon, além de diversas outras sindicais e profissionais. Se você quiser participar e emitir sua opinião, ligue para 220-1360. No FAIXA LIVRE a liberdade de imprensa não é um mero slogan, mas, sim, uma prática cotidiana.

CADASTRAMENTO

GUIA DE CONSULTORES

Como anunciamos na edição anterior, estamos cadastrando economistas que atuam nas áreas de consultoria, perícia e auditoria, com o objetivo de publicarmos um Guia de Economistas Consultores. Para se cadastrar basta ter registro no Conselho, estar em dia com as anuidades e preencher uma ficha em nossa sede. É bom ressaltar que a publicação dará prioridade aos profissionais que estejam, efetivamente, atuando nas áreas citadas. Para mais informações e detalhes sobre o preenchimento do formulário, procure a Secretaria de Registro e Fiscalização do Corecon.

Impasses do capitalismo globalizado

José Carlos de Souza Braga*

Independentemente do que aconteça no futuro próximo, outubro de 1997 ficará conhecido como o primeiro momento, no século XX, em que a globalização capitalista demonstrou seu potencial de instabilização da economia mundial. Pânicos e desvalorizações de riqueza mobiliária e imobiliária vêm ocorrendo nas diferentes economias desde a década de 1960, quando a instabilidade financeira americana requereu (em 1966) a primeira intervenção do Federal Reserve como emprestador de última instância desde a Segunda Guerra Mundial. Agora, entretanto, estamos assistindo a um fenômeno verdadeiramente mundial: caem simultaneamente os valores das ações nas bolsas de países periféricos e centrais, e configura-se a iminência, ainda que não o determinismo, de um “colapso global”.

As desvalorizações das moedas asiáticas e as quedas nas bolsas de valores estão revelando o potencial de desordem inscrito na dinâmica da globalização capitalista que se vem implantando nas últimas décadas, sob o impulso da competição entre grandes grupos multinacionais e o patrocínio da hegemonia americana na difusão das políticas de desregulamentação dos mercados.

A manifestação mais evidente dessa globalização é a interdependência dos sistemas financeiros nacionais num contexto de crescente liberalização do movimento de capitais. Tal liberdade de ação engendrou um mercado financeiro propriamente mundial, através do qual se propagam movimentos especulativos tanto para a criação como para a destruição de riqueza fictícia (no sentido de que ela é desproporcional aos movimentos reais da economia). Na atual conjuntura, os ataques especulativos às moedas asiáticas sobrevalorizadas propagaram-se para a bolsa de Nova York, a despeito dos fundamentos da economia americana encontrarem-se em “bom estado”: baixa inflação, crescimento continuado, déficit público cadente, pouco desemprego aparente. Contudo, a bolsa americana, que operava com ações sobrevalorizadas, acabou afetada a partir de Hong Kong, apenas um entre tantos agentes instabilizadores presentes na globalização financeira. Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve, resumiu o problema: “Se não

fossem os acontecimentos no Sudeste Asiático, alguma outra coisa teria provocado uma reavaliação” (Discurso perante o Comitê Econômico Conjunto do Congresso dos Estados Unidos. Ver *Folha de S. Paulo*, 30/10/1997, p. 2-7).

É exatamente disso que se trata! A economia vive sob uma permanente avaliação, conduzida por uma lógica geral de valorização financeira. As grandes corporações industriais e as organizações financeiras manejam uma massa de ativos financeiros e de moedas que, junto com seus ativos operacionais, integram suas estratégias de valorização. Além das taxas de retorno nos investimentos produtivos, as taxas de câmbio, as taxas de juros e os índices de valorização das ações nas bolsas são “parâmetros” permanentemente avaliados para compor a rentabilidade financeira geral. Num mundo em que os movimentos de capital são livres e as taxas de câmbio são flexíveis, aqueles atores efetuam movimentos de sua “poupança financeira”, em consonância com suas expectativas mutáveis, que impactam fortemente, mundo afora, os mercados cambiais, acionários e de crédito em geral.

Hoje, essas organizações privadas detêm um poder financeiro e de liquidez que ultrapassa o de cada banco central isoladamente. Assim, as inconsistências macroeconômicas eventualmente existentes nas economias periféricas as transformam em alvos relativamente fáceis, mesmo quando seus bancos centrais mantêm reservas em quantidades significativas. Diante de déficits na conta-corrente do balanço de pagamentos e de moedas sobrevalorizadas, tais economias ficam expostas a ataques especulativos e fugas de capitais que podem reduzir suas reservas com muita rapidez, mesmo quando a elevação brutal das taxas de juros domésticas é utilizada como derradeiro recurso. Em outras palavras, as economias que não são detentoras de moedas internacionalmente conversíveis correm sérios riscos de desordem numa economia globalizada, quando pretendem encobrir sua fragilidade estrutural pela via do câmbio sobrevalorizado, de taxas de juros elevadas e de acúmulo de reservas internacionais. Só os bancos centrais dos países detentores de moedas conversíveis – rigorosamente, os membros da tríade Estados Unidos, Japão e Alemanha – e, assim mesmo, apelando

para esforços de coordenação, são capazes de enfrentar ataques especulativos contra suas moedas e seus mercados financeiros.

Nessa globalização dos negócios, as nações desempenham papéis diferenciados e heterogêneos. Nas que compõem a tríade se originam os grandes grupos econômicos que comandam a globalização da produção e das finanças. Em última análise, é a força desses grupos que torna conversíveis as moedas de seus respectivos países. Ao mesmo tempo, tal força se apóia na política econômica de seus Estados nacionais, empenhados – de uma forma ou de outra, dependendo de seus arranjos institucionais – em assegurar esquemas de financiamento, bases para o desenvolvimento técnico-produtivo e políticas de comércio exterior. Assim, a despeito de sua inserção internacional, tais países mantêm a liderança econômico-financeira mundial, embora experimentem percalços desde o início da década de 1970, quando terminou a era de grande crescimento. Por essas razões, eles e os demais membros da OECD deverão ser menos atingidos, caso as turbulências atuais continuem presentes mas não convirjam para um colapso, como o da década de 1930.

O atual cenário de instabilidade global pode conduzir a crescentes dificuldades nas periferias asiática e latino-americana, enquanto os países avançados podem conseguir manter taxas mínimas de crescimento e estabilidade de preços, bem como déficits e dívidas administráveis. Estaríamos, nessa hipótese, constatando uma perversa globalização capitalista: os países avançados constituiriam entre si uma economia mundial cada vez mais integrada pela ação dos grupos multinacionais e de suas estratégias “tecnofinanceiras”, ensejando investimentos voltados para estes mesmos países. Assim, eles formariam o espaço “dinâmico” de consolidação da demanda efetiva mundial. Os países periféricos estariam submetidos a sucessivas rodadas de ajustes fiscais, cambiais e de balanço de pagamentos (em função dos déficits em conta-corrente), ao longo dos quais o dinamismo sustentado de suas economias nacionais seria posto em xeque.

Mas, considerando certas características da forma como a riqueza contemporânea é gerida, não se deve descartar a hipótese de que a instabili-

dade se agrave também nos países centrais. Com a liberalização dos controles nacionais e internacionais, os governos desses países também vêm perdendo a capacidade de impor disciplina financeira aos agentes e mercados, a tal ponto que, como salientamos, a riqueza mobiliária e patrimonial tem obtido autonomia crescente face à riqueza produtiva. Os valores dos ativos financeiros se mantêm ficticiamente acima dos ativos reais por períodos longos, sofrem deflações e depois retomam a expansão, de novo autonomizada e fictícia. Por isso, os indicadores têm mostrado que as operações cambiais crescem acima das necessidades do comércio internacional; que as transações transnacionais com títulos financeiros aumentam percentualmente em relação ao PIB dos países avançados; que os lucros financeiros já têm participação expressiva nos lucros totais das corporações industriais. Consolida-se um rentismo institucionalizado, do qual participam ativamente os grandes grupos empresariais, o sistema financeiro e os grandes proprietários, num processo que acaba envolvendo o próprio Estado. Este é levado a sancionar aquele movimento, ao atuar como emprestador de última instância (para evitar o colapso sistêmico) e ao colocar títulos de dívida pública que acabam funcionando como garantia do processo de securitização. Evita-se assim o colapso, mas ao mesmo tempo se paga o preço de ver relançada a dinâmica de valorização financeira, na qual estão engajados os atores relevantes já mencionados.

Nos Estados Unidos, após a queda de janeiro de 1987, o índice Dow Jones da bolsa de valores apresentou tendência ascendente: de um nível inferior a 2.000 pontos, atingiu o pico de 8.259,31 pontos em 6 de agosto de 1997, quando começou a queda que se transformou em pânico no último 28 de outubro. Nesse período, a economia americana foi o *locus* da valorização financeira autonomizada, o que provocou sucessivas advertências do presidente do Federal Reserve. Este movimento baseou-se no papel hegemônico dos Estados Unidos na globalização capitalista, pois os títulos de sua dívida pública funcionam como ativo preferencial (como que substituindo o ouro), fazendo com que as políticas de juros e de câmbio, conduzidas pelo Federal Reserve, garantam a preeminência do

dólar. Compreensivelmente, o processo de securitização que correspondeu à emergência de ativos financeiros globalizados operando como (quase) moedas privadas segue tendo o dinheiro americano como referência. Sustentados nesses pilares monetário-financeiros, os Estados Unidos contornaram a crise de 1987 sem sofrer impactos em sua economia real e prosseguiram atraindo investimentos produtivos e "poupança financeira" mundial para seu espaço econômico nacional transnacionalizado.

O Japão, ao contrário, não se recuperou até hoje do episódio especulativo que culminou com a desvalorização na bolsa e no mercado de imóveis, em 1990. Segue em recessão, ao longo da qual seu Banco Central vai operando "engenharias financeiras" para sanear bancos, *securities houses* e empresas patrimonialmente fragilizadas.

A despeito da privilegiada situação

da economia americana para fazer face a uma conjuntura de desvalorização, não está fora de cogitação a hipótese de que suas resistências aos episódios atuais não sejam as mesmas, considerando o grau de contágio que a globalização impõe e o baixo dinamismo do Japão e dos demais países da OECD.

Estamos diante da possibilidade de que o agravamento da instabilidade no centro do sistema torne imperiosa a necessidade de alterações radicais na forma como o capitalismo vem operando. Não se trata apenas de reformar o sistema monetário e financeiro internacional na linha de imaginar um "novo" acordo de Bretton Woods, com retorno a taxas de câmbio fixas, consolidação de um substituto do padrão dólar-ouro, e fortalecimento do FMI e do Banco Mundial.

A tarefa é difícil, face a intensificação da interdependência patrimo-

nial, financeira e produtiva entre nações heterogêneas, cujos raios de manobra foram estreitados pelas políticas globalizantes de desregulamentação e pelas práticas competitivas dos grandes grupos multinacionais que vêm enfraquecendo a autonomia dos Estados nacionais. A tarefa é árdua e tangencial o impasse, pois regulamentar e regular um capitalismo globalizado implicaria intervir na própria lógica da concorrência que se pretendeu libertar; transformar o afã de acumular por acumular, hoje submetido à dominância da riqueza abstrata monetário-financeira; redistribuir o investimento produtivo mundial para a redução das heterogeneidades entre os países; financiar, segundo a lógica das necessidades nacionais, os balanços de pagamentos estruturalmente desequilibrados; edificar instituições que consolidem a cooperação entre as nações, num mundo em que as

rivalidades são fomentadas pela própria competição econômica privada.

A dinâmica do poder que corresponde à globalização capitalista está muito distante dessa utopia. No máximo, ela contempla uma atuação "instrumental e tática", expressa com exemplar fidelidade por Greenspan no depoimento acima mencionado: "Os distúrbios financeiros que afligiram uma série de moedas na Ásia não ameaçam a prosperidade dos Estados Unidos (...). Mas precisamos trabalhar em cooperação estreita com os líderes desses países e a comunidade financeira internacional para assegurar que suas situações se estabilizem. É do interesse dos Estados Unidos e de outros países encorajar os ajustes apropriados de políticas e, onde for necessário, fornecer assistência financeira temporária."

* Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

TESES

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Título: "Segmentação Versus Concorrência – Um Teste da Dualidade no Mercado de Trabalho Brasileiro"

Autor: Rodrigo Reis Soares.

Orientador: Prof. Gustavo M. Gonzaga.

Banca examinadora: Prof. José Márcio Camargo, Prof. Ricardo Paes de Barros e Prof. Afonso Sant'anna Bevilaqua.

Tese: Mestrado – Junho/97

Resumo: O objetivo da dissertação é testar empiricamente a existência de dualidade no mercado de trabalho brasileiro. Dualidade é entendida como a existência de estruturas de remuneração distintas na economia, não explicadas por diferenças nos atributos produtivos dos indivíduos. São analisados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 1988 através da metodologia proposta por Dickens & Lang (1985). A evidência sugere que o comportamento dos salários no Brasil não se assemelha às previsões da teoria dual, mas que, apesar disso, existem algumas imperfeições no seu funcionamento. A educação parece ser o determinante básico dos salários e das perspectivas profissionais dos indivíduos na economia, mas os indivíduos parecem ter acesso diferenciado à educação.

Título: "Política Cambial e Estabilidade Inflacionária: Um Estudo Sobre o "Crawling Peg"

Autor: Bernardo Soares Blum.

Orientador: Prof. Márcio Gomes Pinto Garcia.

Banca examinadora: Prof. Dionísio Dias Carneiro, Prof. Afonso Celso Pastore, Prof. Gustavo M. Gonzaga.

Tese: Mestrado – Junho/97.

Resumo: Nessa dissertação buscam-se compreender os mecanismos que interligam a escolha e a adoção de algumas políticas cambiais e a determinação da estabilidade do processo inflacionário.

Inicialmente se faz uma revisão crítica da literatura existente sobre o tema. Em seguida é construído um modelo macroeconômico de uma economia aberta, onde os agentes têm expectativas racionais e existe perfeita mobilidade de capitais. Neste arcabouço são identificadas as consequências, sobre o comportamento da taxa de inflação, de se adotar uma política de câmbio livre, de câmbio nominal fixo e *decrawling peg*. Na última parte do trabalho realiza-se uma análise econométrica dos dados brasileiros, visando testar os resultados obtidos pelo modelo desenvolvido no capítulo anterior.

Título: "Risco de Taxa de Juros no Brasil Pós-Real"

Autor: Alexandre de Medeiros e Albuquerque Barcinski.

Orientador: Dionísio Dias Carneiro.

Banca examinadora: Prof. Márcio Gomes Pinto Garcia, Prof. Pedro Bodin de Moraes, Prof. Rogério L. F. Werneck.

Tese: Mestrado – Junho/97.

Resumo: A dissertação trata do problema relacionado ao risco de mercado dos instrumentos de renda fixa do mercado brasileiro no período de julho de 1994, logo após a implantação do Plano Real, até o final de 1996. Descrevemos uma metodologia para cálculos do retorno desses ativos, levando em consideração as peculiaridades do mercado nacional, e depois estudamos o melhor modelo para estimar a volatilidade de ativos com diferentes prazos de maturação. De posse dos resultados, avaliamos o comportamento da volatilidade no período, estimamos uma estrutura a termo de volatilidade, relacionando prazo com volatilidade do ativo de renda fixa e comparamos a situação brasileira com a vigente numa economia estável, no caso os EUA. Calculamos, também, o comportamento do risco de mercado do estoque da dívida pública federal durante esse período e tentamos

avaliar, através da construção de um índice, o gerenciamento dessa dívida no período analisado.

Título: "Três Artigos Sobre Leilões de Títulos"

Autor: Leonardo Bandeira Rezende.

Orientador: Prof. Márcio Gomes Pinto Garcia.

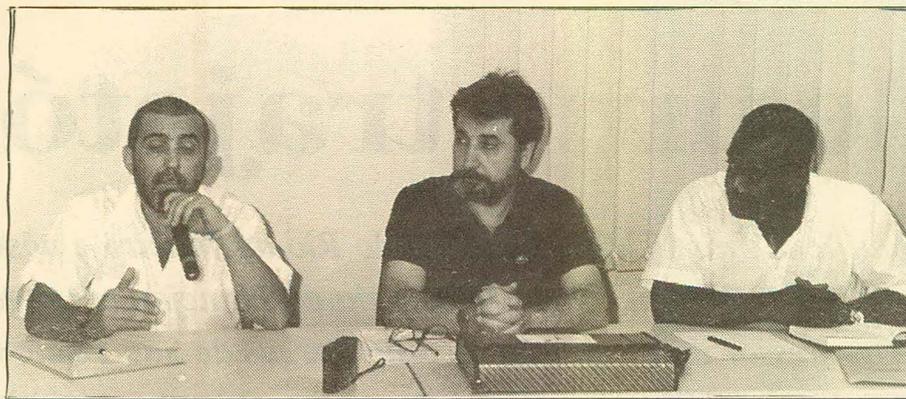
Banca examinadora: Prof. Dionísio Dias Carneiro, Prof. Renato Galvão Flôres Jr., Profa. Maria Cristina T. Terra.

Tese: Mestrado – Julho/97.

Resumo: A dissertação é formada por três artigos que visam investigar sob diferentes formas o mercado primário de títulos do Banco Central no Brasil, e em particular responder até que ponto a evidência empírica pode ser usada para identificar comportamentos dos agentes que se distanciem da concorrência. O primeiro artigo é uma resenha bibliográfica que apresenta a Teoria de Leilões e discute seu grau de aplicabilidade no mercado de títulos. Os outros dois artigos são investigações empíricas sobre uma amostra de leilões de BBCs no primeiro ano de pós-Real. Num deles estima-se econometricamente um modelo para a dispersão das propostas a cada leilão, usando-se como variáveis explicativas a volatilidade no mercado de juros. Tais volatilidades mostraram-se *proxies* adequadas para medir-se grau de incerteza macroeconômica, e seu uso permitiu que o modelo fosse capaz de discenir entre leilões com alta dispersão por causa dessa incerteza daquele em que houve uma tentativa de manipulação. Finalmente, o último artigo pretende aplicar à distribuição de propostas um modelo da literatura de econometria estrutural, que incorpora a decisão estratégica dos participantes. Pelo menos uma das previsões do modelo, a assimetria na distribuição das propostas, é verificada empiricamente. É também sugerido um novo método que evita o alto custo computacional da estimação por máxima verossimilhança com resultados qualitativamente semelhantes.

O setor elétrico no Brasil e na Itália

FOTO: EDUARDO CARVALHO



Da esq. p/dir.: Luiz Gonzaga Ulhoa Tenório, Vittorio Fiori e Sidney Pascoutto da Rocha

A eficiência do setor elétrico brasileiro está longe de ser conquistada através da privatização das empresas do Sistema Eletrobrás. Consumidores de serviços da Light, Cerje e Escelsa vêm pagando tarifas mais caras e recebem em troca serviços de qualidade duvidosa. O pesadelo dos frequentes apagões, registrados principalmente no estado do Rio de Janeiro, trouxe de volta o tradicional questionamento: será que empresas privadas têm capacitação para gerir negócios essencialmente públicos, com suas características de monopólios naturais, como fornecimento de água e energia elétrica? Esta questão foi tema do Seminário "Experiências de privatização e desregulamentação do setor elétrico na Itália e no Mercosul", realizado pelo Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (Sindecon/RJ), no Conselho Federal de Economia (Cofecon) com a participação de Natargio Beni Alexandro, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia da Itália (FNLE/CGIL), do coordenador-geral do Sindecon/RJ, Sidney Pascoutto, e do presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNUCUT), Luiz Gonzaga Tenório.

No encontro, Sidney Pascoutto apresentou relatório elaborado por técnicos da Eletrobrás e da Cepel, em 1990, para uma audiência pública no Congresso Nacional, que mostrava não haver crise de modelo, como sugeriam tecnocratas ligados ao Banco Mundial do *staff* do governo Collor. Havia, sim, uma crise de natureza econômico-financeira, para a qual apontavam saídas. Estava claro para os autores que não se tratava de uma crise estrutural, bastando, para superá-la, o fim da inadimplência das empresas distribuidoras de energia para com as geradoras, o alongamento do perfil da dívida do setor e a recuperação dos níveis tarifários. Com essas medidas o Sistema Eletrobrás voltaria a se autofinanciar

e poderia garantir o volume de energia com a quantidade e a qualidade desejada pela sociedade brasileira. "Os interlocutores do governo Collor, do governo Itamar e do governo FHC abraçaram parcialmente as sugestões dos técnicos. Sanearam as empresas, eliminaram os problemas de natureza econômico-financeira, mas, ao invés de torná-las públicas e transparentes para a sociedade, optaram por desencadear o processo de privatização", lamentou Pascoutto.

A iniciativa privada controlou o setor elétrico brasileiro entre 1890 e 1962, e sua contribuição para a sociedade não ultrapassou a fronteira de 5 milhões de quilowatts. De 1963 até 1997, período em que o Estado assumiu a responsabilidade pela geração e distribuição de energia no Brasil, acrescentaram-se 55 milhões de quilowatts ao sistema. Ou seja: em pouco mais de vinte anos conseguimos multiplicar por onze a quantidade de energia gerada. "A irresponsabilidade do governo federal na condução do processo é nítida. Ele não discutiu com os diferentes atores da sociedade a conveniência da privatização, não criou instrumentos sérios e consequentes de regulamentação, e os resultados começam a se fazer sentir no Rio de Janeiro. Existem denúncias de

que a Cerj, por exemplo, além de não garantir a energia na quantidade e qualidade necessária, vem trabalhando com "caixa dois". Seus acionistas estariam criando empresas fantasmas – nos transportes, em informática e na área de execução de rede – como forma de transferir parte da lucratividade da Cerj para essas empresas, o que diminui a capacidade de investimento da Cerj para melhorar os serviços de distribuição de energia. Na área de concessão da Light, são constantes os apagões e as variações nos níveis de tensão, consequência de demissões de grande contingente de trabalhadores e de manipulações/reduções na energia comprada pela Light às empresas geradoras", afirmou o representante do Sindicato dos Economistas.

Para o presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, Luiz Gonzaga Tenório, o governo FHC não vem respeitando nem a Constituição, ao colocar a Eletrobrás na lista das privatizações, e nem o modelo para o setor, concebido pela empresa estrangeira Coopers & Lybrand. "O projeto desta empresa de consultoria é equivocado, mas o governo acabou distorcendo ainda mais o processo", garante. Simplesmente não foi definida uma legislação antes de privatizar. A Anefel, agência

federal de fiscalização, somente começou a operar há 60 dias, após o caos ter sido instalado, em especial no Rio de Janeiro. Gonzaga lembrou que o papel do governo tem sido lastimável, ao atrelar a liberação de recursos para os estados à venda das empresas de energia elétrica locais. Afirmou que "até agora, a Light e a Cerj não agregaram investimentos novos significativos ao setor".

A perspectiva italiana em relação ao futuro do setor elétrico é radicalmente distinta daquela que vem sendo implantada no Brasil. Na Itália, a liberalização do sistema elétrico – recomendada pelo Conselho de Ministros da Comunidade Européia – significa a possibilidade de se abrir ao capital privado apenas 30% do controle do setor. Essa foi uma das informações apresentadas por Natargio Beni Alexandro.

O sindicalista deixou claro que, na Itália, ao contrário do que ocorre no Mercosul, os industriais e os banqueiros não utilizam a mídia maciçamente para forçar a privatização do sistema elétrico. "Trata-se de um debate tranquilo. O Parlamento deve aprovar a liberalização de 30% do sistema, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Existe um acordo entre o governo e as centrais sindicais, estabelecendo que qualquer decisão que atinja o cidadão italiano precisa ser amplamente debatida. Nós estamos debatendo a questão da liberalização do setor elétrico com o ministro da Indústria."

Natargio Beni lembrou que o sistema elétrico italiano, nacionalizado em 1963, foi utilizado como um instrumento keynesiano de desenvolvimento, envolvendo, nos últimos 30 anos, investimentos anuais de US\$ 3,5 bilhões, em média. "A nacionalização permitiu disseminar o fornecimento de energia elétrica e estabelecer uma tarifa única em nível nacional. As empresas privadas que vierem a participar do sistema precisarão respeitar essas duas características."

ECONOMIA POLÍTICA

MESAS TEMÁTICAS:

Será realizado de 9 a 12 de junho próximo o III Encontro Nacional de Economia Política, na Faculdade de Educação da UFF, campus do Gragoatá. Haverá duas atividades – discussões temáticas e cursos de aprofundamento. Para as mesas temáticas, os autores deverão informar, na inscrição, a mesa a que se dirigem. O prazo-limite para envio dos textos é 20/03/98 (data da postagem). Só serão aceitos trabalhos com até 90 toques por linha, corpo 12; 32 linhas por página em espaço 1,5; 20 páginas no máximo; três cópias impressas e uma em disquete em versão Word for Windows e ficha de inscrição preenchida.

- 1. Metodologia e caminhos da economia. História do pensamento econômico**
Comissão científica: Eleutério Prado (USP), Gentil Corazza (UFRGS) e Pedro César Dutra Fonseca (UFRGS)
- 2. História econômica. Capitalismo contemporâneo. Economia política do desenvolvimento, Economia política e socialismo. Economia, Estado e instituições.**
Comissão científica: João Machado (PUC-SP), Lenina Pomeranz (USP) e Paul Singer (USP)
- 3. Dinâmica capitalista. Valor, preços e distribuição. Economia monetária e financeira. Economia industrial.**
Comissão científica: Anita Kon (PUC-SP), Otaviano Canuto (Unicamp) e Raul Cristóvão (USP)
- 4. Políticas públicas. Economia brasileira. Mundo do trabalho. Economia e território. Economia agrária.**
Comissão científica: Fábio Sá Earp (UFRJ), Márcio Pochmann (Unicamp) e Paulo Nakatani (UFES)

Os cursos de aprofundamento abordarão: *Concorrência – valor, preço de produção e preço de mercado, Trabalho e acumulação de capital; Dinheiro de crédito e financeirização do capital; Mundialização e desenvolvimento nacional.*

Informações sobre as inscrições e/ou outras deverão ser obtidas na secretaria do Encontro, PUC-SP, Departamento de Economia, Rua Monte Alegre 984, 05014-901, São Paulo, tel.: (011) 263-0211. O CORECON-RJ está apoiando o III Encontro Nacional de Economia Política.

PAULO NOGUEIRA BATISTA

Riscos de uma trajetória insus

Formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pós-graduado pela London School of Economics, foi, nos anos 80, secretário de assuntos econômicos do Ministério do Planejamento (gestão João Sayad) e assessor para o Brasil (gestão Dilson Funaro). Hoje, é professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e pesquisador visitante do Instituto de Economia da Universidade de São Paulo. Além de dezenas de artigos, publicou Da crise internacional à moratória brasileira (São Paulo, Paz e Terra, 1982), Belluzzo, A luta pela sobrevivência da moeda nacional: ensaios em homenagem a Dilson Funaro (São Paulo, Paz e Terra, 1983) e O Brasil e a crise internacional (São Paulo, Paz e Terra, 1984). Também escreveu para o Jornal dos Economistas, critica a condução da política econômica e afirma que podemos estar criando as condições para

Jornal dos Economistas: Qual sua avaliação sobre o debate econômico brasileiro atual?

Paulo Nogueira Batista Jr: Sou um dos descontentes com ele. A falta de uma percepção mais adequada do quadro brasileiro e internacional torna muito difícil fazer uma discussão propositiva inteligente. Mesmo os partidos políticos de oposição, que anseiam por um discurso programático alternativo, não se dão conta de como a profunda desorientação presente na sociedade, inclusive nos meios acadêmicos, dificulta essa tarefa. Será preciso reconstruir o pensamento econômico brasileiro, que nos últimos anos passou por um processo de regressão, em parte por causa da hegemonia do paradigma norte-americano, a meu ver muito empobrecedor.

JE: Qual a principal lacuna nesse debate?

Paulo: O centro da minha preocupação é a questão nacional, pois vejo o mundo de uma forma muito diferente da que predomina no Brasil, tanto no *mainstream*, quanto em grande parte da própria esquerda. Fala-se o tempo todo na chamada globalização, no declínio – ou mesmo no fim – do Estado nacional, no crescimento de empresas ditas transnacionais que operariam por cima dos países, mas o que posso constatar é outra coisa. Os Estados, especialmente nos países mais bem-sucedidos, mantêm um peso enorme, e as relações entre eles continuam a ser marcadas pelo conflito de interesses nacionais, e não pela cooperação. A grande maioria das empresas tem um centro de gravidade nacional claramente identificável. Em geral, são empresas nacionais com operações internacionais. Só têm chances de se desenvolver as nações que vêm isso com muita clareza e não se deixam embalar pelas retóricas beócias que circulam em busca de consumidores incautos. Infeliz-

mente, elas encontram vasta acolhida no Brasil. Temos que rearrumar nossas idéias sobre o mundo, para que possamos repensar nossa inserção nele.

JE: Por que as instituições nacionais são insubstituíveis?

Paulo: Por mais precária que seja, a democracia só existe no âmbito dos Estados nacionais e em suas instâncias subnacionais. Em todos os organismos internacionais prevalece o que no século XIX era chamado de “voto censitário”, ou seja, proporcional à riqueza, ou à força, de cada participante. Só o espaço nacional permite uma representação minimamente democrática. Por isso, aliás, os governos dos países desenvolvidos têm de se voltar prioritariamente para seus interesses nacionais, sob pena de serem derrubados por seus eleitores. Subjetivamente, os governantes dos países mais avançados até podem ter boas intenções e preocupações sinceras com os menos desenvolvidos. Mas, na prática, acaba prevalecendo a preocupação com os interesses das empresas do seu país e com as reações do seu eleitorado nacional. Não estamos, portanto, no campo das intenções subjetivas, mas da forma como as coisas funcionam.

JE: Que grau de percepção você acha que a sociedade brasileira ainda tem para essa questão?

Paulo: Apesar da intensa propaganda a favor da visão liberal e internacionalista, a preocupação com a desconstrução da nação preserva muita ressonância na opinião pública. Mas é algo difuso, que não encontra uma forma de se expressar, nem na mídia, nem na academia – sobretudo na área da economia, submetida a um predomínio avassalador dos padrões norte-americanos – e nem mesmo nos meios político-partidários, o que é ainda mais preocupante. O discurso hegemônico

penetrou inclusive nas oposições. Elas vêm tendo dificuldade em vocalizar sem inibições esse sentimento, presente na sociedade, de que a nação está sendo excessivamente enfraquecida.

JE: Mas a posição brasileira, periférica e subordinada, não chega a ser novidade...

Paulo: Claro que não. O Brasil sempre viveu essa situação. Entre 1930 e 1964, no entanto, experimentou uma tentativa de afirmar-se como nação, algo que para nós significa, antes de tudo, romper com a herança colonial-escravista. Foi uma tentativa incompleta, com problemas e limitações, mas que teve muita importância e deixou marcas, não só na economia mas também na cultura. Depois de um interregno nos primeiros governos militares, Geisel fez um ensaio de retomada de um projeto nacional. Mas manteve, e até agravou, um importante calcanhar-de-aquiles: a dependência do crédito externo para financiar nosso desenvolvimento. Durante a maior parte da década de 1970, os recursos eram abundantes e parecia que tudo ia continuar assim por muito tempo. Quando veio a crise da dívida, no início dos anos 80, entramos em um período muito difícil. Prevaleceu então a avaliação – a meu ver, superficial – de que nosso modelo de desenvolvimento, baseado na chamada “substituição de importações”, estava em crise. Na minha opinião, o problema estratégico central foi a forma de financiar o desenvolvimento.

A crise da dívida desarticulou progressivamente as resistências nacionais a uma agenda que vinha de fora. Isso atingiu, aliás, toda a América Latina, e é bom que se diga que o Brasil foi o país que mais resistiu. Desde o final da década de 1980, no entanto, com a última fase do governo Sarney e o curto mandato de Collor, enveredamos pelo caminho definido no chamado consen-

so de Washington. Itamar Franco foi um presidente que, intimamente, rejeitava essa agenda, mas não tinha força nem coragem para se contrapor a ela. Na verdade, entregou o governo a um “primeiro-ministro”, que era o ministro da Fazenda, preparado para ser seu sucessor. Fernando Henrique deu sequência àquela agenda, com mais competência, melhor *marketing*, mais base política.

JE: O governo atual, então, leva a estratégia de inserção subordinada até seus limites?

Paulo: Não há dúvida de que, desde Castello Branco, o governo de Fernando Henrique é o mais alinhado com a agenda americana. Mas, para ser justo, é preciso dizer que sua adesão a essa agenda não é completa. Não temos tido um alinhamento automático, como por exemplo o do governo argentino. O governo brasileiro tenta preservar alguns espaços de decisão nacional, principalmente depois da crise do México, que explicitou os riscos do caminho que havia sido escolhido. Desde então, fez alguns ajustes e nunca mais abraçou o consenso de Washington com o entusiasmo anterior. Mas a estratégia básica persistiu. Com a superação relativamente rápida da crise mexicana e a volta dos capitais externos, o Brasil se acomodou de novo, modificando apenas aspectos parciais de sua política econômica, de modo vagaroso e tranquilo. Quando, mais recentemente, a crise asiática eclodiu, continuávamos muito vulneráveis.

JE: Qual o papel do Plano Real nisso tudo? Como ele deve ser analisado, segundo uma óptica de mais longo prazo?

Paulo: O Plano Real, através da URV, teve um mérito importante: deu um tratamento inteligente e original àquilo que era uma originalidade da

BATISTA JR. entável

conomics, Paulo Nogueira Batista Jr. dívida externa do Ministério da Fazenda e Estudos Avançados da Universidade de (88) e, junto com Luiz Gonzaga de Mello (1992). Nesta entrevista ao uma nova crise de endividamento externo.

inflação brasileira, ou seja, um sistema de indexação muito desenvolvido. Mas, na formulação do Plano, esteve muito presente a idéia de que países como o México e a Argentina, que já se haviam engajado profundamente na agenda do consenso de Washington, deviam servir de exemplo para nós. Nos anos mais recentes, mesmo nesses países, ou especialmente neles, acumularam-se evidências de que essa trajetória é muito problemática.

Em perspectiva histórica, quando dentro de vinte ou trinta anos a década de 1990 for objeto de debate, creio que o Plano Real será visto como parte de algo maior: um processo de inserção do Brasil, de forma mais profunda, na Pax Americana, numa condição de nação subordinada. Não sabemos quanto tempo isso vai durar e a que destino isso nos conduz. Mas a realidade é preocupante. Mesmo que o governo tenha a intenção subjetiva de preservar alguns espaços de decisão nacional, ou até possa engajar-se nesse sentido, a lógica das medidas que ele adotou nos últimos anos conduzem a uma situação de tal vulnerabilidade que essas intenções podem ser simplesmente varridas.

JE: Quais as características mais marcantes desse tipo de integração?

Paulo: Ela envolve diversas decisões interligadas: abrir a economia às importações, removendo de forma bastante ampla as restrições tarifárias e não tarifárias; adotar uma política cambial em que a moeda nacional permanece valorizada de forma significativa e persistente; promover uma expressiva abertura financeira, acolhendo capitais — grande parte deles voláteis e de curto prazo — nas bolsas de valores do país e no financiamento das atividades correntes e do investimento de empresas e bancos; manter um sistema tributário que onera as exportações e discrimina o produtor nacional em sua competição

com o estrangeiro no mercado doméstico; conviver por muito tempo com um certo descaso na promoção das exportações; não dar a devida ênfase à formação da poupança interna; adotar uma política fiscal frouxa... Tudo isso cria um quadro macroeconômico de profunda dependência externa, acompanhada pelo aumento da nossa vulnerabilidade e do grau de desnacionalização da economia.

JE: Quais os maiores riscos dessa estratégia?

Paulo: Ela só seria benéfica para o país e o povo, a longo prazo, se o mundo fosse diferente do que é, ou seja, se a colaboração predominasse sobre o conflito de interesses nas relações internacionais. Ou se, pelo menos, as potências hegemônicas, notadamente os Estados

Unidos, atuassem de forma estabilizadora, de modo a ampliar os espaços para o desenvolvimento da periferia. Não estamos nesse mundo. Além do conflito de interesses, o cenário atual é marcado pela desordem e a instabilidade, que ficaram ainda mais claras a partir da crise no Leste da Ásia. A economia internacional, tal como evoluiu nas últimas décadas, tornou-se mais propensa a crises financeiras. Elas afetam sobretudo os países periféricos que se engajam de corpo e alma em processos de integração subordinada e de envolvimento exagerado com os mercados financeiros internacionais.

JE: Por que o Brasil resistiu mais a essa orientação que se tornou hegemônica no continente?

Paulo: O Brasil não é uma repúbli-

ca de bananas. Seu potencial é muito grande — maior do que aquele que tem sido aproveitado pelos nossos sucessivos governos. Nossa posição internacional difere inclusive da de países de alguma importância, como o México e a Argentina. O primeiro deles tornou-se praticamente uma colônia americana. O segundo, incrivelmente, adotou o modelo monetário das antigas colônias inglesas, o *currency board*, de modo que quase não tem mais moeda nacional. Aceitou operar com um sistema monetário subordinado e perdeu autonomia. A margem de manobra desses países, em termos de política econômica e inserção internacional, tornou-se extremamente restrita. O Brasil, como disse, ainda é diferente. Mas, sob certos aspectos, estamos resvalando para uma situação parecida. O embaixador Samuel



FOTO: JOSÉ ROBERTO SERRA / JB

Pinheiro Guimarães, ao tratar da Alca, chamou a atenção para isso em entrevista recente ao *Jornal dos Economistas*.

JE: Como a política de privatizações se articula com isso?

Paulo: As privatizações têm sido uma forma de liquidar ativos públicos para tapar os buracos das contas externas. Por isso, têm produzido mais desnacionalização. Aliás, pela lógica atual, não se trata de privatizar ou não, mas sobretudo de desnacionalizar, de modo a trazer divisas que ajudem a fechar o balanço de pagamentos. O governo quer vender os ativos públicos para o exterior, mesmo que o comprador estrangeiro seja outra empresa pública. Apesar da falta de dados precisos, percebe-se que a venda de empresas privadas brasileiras a estrangeiros também vem se processando em escala muito significativa, e isso já está se refletindo num aumento considerável nas remessas de lucros e dividendos ao exterior.

JE: O governo parece otimista em relação ao aumento do investimento externo direto...

Paulo: Quando olhamos mais de perto os números do Banco Central sobre esses investimentos, vemos que cerca de 30% deles decorrem das privatizações, que não configuram propriamente investimentos, no sentido de criação de capacidade. Trata-se, mais propriamente, de transferência para o exterior do controle sobre capacidade produtiva já existente. O mesmo ocorre com uma parcela desconhecida dos 2/3 restantes, que corresponde à venda de empresas brasileiras a investidores estrangeiros, num processo que atinge inclusive o setor financeiro. Assim, o governo leva adiante e aprofunda uma estratégia que traz dependência e vulnerabilidades, de um lado, e desnacionalização, de outro. Como sociólogo, Fernando Henrique Cardoso destacou-se como um dos formuladores da chamada teoria da dependência. Como presidente, dedica-se a praticar e até a aprofundar a dependência.

JE: Quais as bases de sustentação dessa estratégia?

Paulo: O que a viabiliza não é apenas o apoio das forças políticas nacionais e internacionais. A semelhança da década de 1970, a década atual foi marcada até agora por um ciclo de expansão financeira internacional, e em especial por disponibilidade abundante de recursos externos para a periferia. De modo geral, a liquidez internacional tem-se mantido elevada. Só se contraiu no curto período que se seguiu à crise mexicana, entre fins de 1994 e meados de 1995, e com a crise de diversos países no Leste da Ásia, desde meados de 1997.

JE: Que riscos você vê nisso?

Paulo: Os sistemas financeiros em geral – e, especialmente, o sistema internacional – apresentam tendência intrínseca à instabilidade, que se acentua em épocas de liberalização e desregulamentação dos mercados. A forte expansão dos fluxos internacionais foi viabilizada, em parte, pela decisão dos países centrais de liberalizar os controles sobre o movimento de capitais nas últimas décadas. Participamos desse processo, como receptores de capital, na década de 1970, com consequências desagradáveis a médio prazo. Ficamos dez anos à margem, por causa da crise da dívida. Na década de 1990, fomos reabsorvidos.

A cada ciclo aparece uma nova geração de financistas e economistas

"Os juros estão governados pelo setor externo. Só cairão significativamente se o Brasil atrair recursos externos novos em maior quantidade. A margem de manobra para reduzi-los talvez seja menor do que se pudesse esperar quando o último pacote econômico foi adotado, depois da crise asiática."

para dizer, principalmente na periferia: "Agora é diferente, não podemos perder esta oportunidade extraordinária, oferecida pelos fluxos financeiros em expansão." Essa idéia já existia na década de 1970. É claro que cada fase de expansão é diferente da anterior. Cada crise, também. Mas o padrão geral é bastante repetitivo.

JE: Há sinais de que o surto de expansão financeira dos anos 90 possa estar em vias de esgotar-se?

Paulo: A crise mexicana foi o primeiro sintoma disso. O governo norte-americano e o FMI conseguiram deter sua propagação internacional, com a preservação dos interesses dos credores. Mas os danos à economia doméstica do México foram consideráveis. Agora, no Leste da Ásia, temos o segundo sintoma, que está exigindo uma intervenção maciça dos governos e das entidades multilaterais para evitar o agravamento da crise financeira.

O governo norte-americano e o FMI parecem ter tirado uma lição da crise de 1982, quando só intervieram depois que o México suspendeu os pagamentos. A reação dos empresta-

dores de última instância, naquela ocasião, foi relativamente lenta, contribuindo para que a crise fosse mais dolorosa e mais duradoura do que poderia ter sido. Desta vez, eles estão agindo com maior rapidez.

JE: No entanto, há resistências a essa mobilização de recursos vultosos para "apagar incêndios" pelo mundo...

Paulo: Essa resistência poderá aumentar se os pacotes financeiros não conseguirem estabilizar o quadro no Leste da Ásia. Mas cabe notar que, no início da década de 1980, a influência do pensamento dito neoliberal era maior do que hoje, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Já há algum tempo ele se tornou minoritário. Conti-



por causa do extraordinário crescimento dos fluxos financeiros privados nas últimas décadas.

JE: Como tem se saído o FMI nisso tudo?

Paulo: Ele está sendo obrigado a quebrar suas regras habituais. Mesmo assim, é duvidoso que esteja preparado para dar conta desse novo tipo de crise. Apesar dos pacotes terem sido aprovados de forma muito rápida, em relação aos procedimentos tradicionais, e apesar do volume sem precedentes de recursos mobilizados pelos governos e as entidades multilaterais, a crise continua sem solução e a instabilidade persiste no Leste da Ásia. É crescente a sensação de que o FMI não está à altura dos novos desafios. Em sua última reunião anual, em Hong Kong, decidiu-se aumentar o capital da instituição, mas isso ainda depende de aprovação nos países-membros. Neste momento, todos estão aguardando a reação do Congresso americano a esse pedido adicional de recursos.

JE: Você acha que as medidas adotadas pelo governo brasileiro depois da crise asiática aumentam a vulnerabilidade do país?

Paulo: Eu não chegaria a afirmar que a vulnerabilidade brasileira se tornou maior. Alguns elementos podem ter um efeito perverso, notadamente a elevação dramática da taxa de juros. Mas, na primeira metade deste ano, vamos ter uma forte desaceleração da economia, ou talvez uma recessão, e isso tende a diminuir o déficit na conta-corrente do balanço de pagamentos e, sobretudo, o déficit comercial. Os juros internos altos, dentro de certos limites, devem melhorar o resultado da conta de capitais. As medidas de ajuste fiscal vão aumentar o superávit primário, embora talvez não sejam suficientes para melhorar o desempenho global das contas públicas, dados o impacto dos juros sobre o custo da dívida pública e o efeito da retração da atividade sobre a receita tributária. Mas a vulnerabilidade pode aumentar se a crise na Ásia persistir e o Brasil não conseguir recompor os fluxos de financiamento externo, ficando assim impedido de baixar os juros internos de forma mais significativa.

JE: Como está o cenário hoje?

Paulo: As reservas internacionais caíram do patamar de US\$ 60 bilhões para cerca de US\$ 50 bilhões, e até agora – fins de janeiro – não temos notícias de uma recomposição do nível anterior. O governo conseguiu apenas estancar a queda. Isso indica que a margem de manobra para reduzir os juros talvez seja menor do que se pudesse esperar quando as medidas foram tomadas.

JE: *Que papel as reformas constitucionais, encaminhadas ao Congresso, podem desempenhar na melhora do quadro?*

Paulo: Ao contrário do que se diz na mídia, essas reformas têm pouca repercussão sobre as contas externas e as contas públicas no curto prazo e mesmo no médio prazo. São "sinais positivos" do ponto de vista dos preconceitos do mercado. Mostram que o governo tem influência sobre o Legislativo, animam segmentos empresariais interessados na Previdência e nas privatizações, mas não têm grande influência sobre o desempenho da economia. Com essa taxa de juros, não se pode esperar uma melhora no quadro interno. A taxa, por sua vez, só cairá significativamente se o Brasil atrair recursos externos novos em maior quantidade. Os juros estão governados pelo setor externo, e não pelas reformas da Constituição.

JE: *Por que a questão da dívida externa praticamente desapareceu do debate público? Ela deixou de ser um problema?*

Paulo: A agenda da integração subordinada passou pela negociação de acordos para a dívida externa nos governos Collor e Itamar. Eles permitiram levantar a moratória que vinha da década de 1980, aceitando-se as regras estabelecidas para as negociações com os bancos comerciais – o chamado Plano Brady – e com o Clube de Paris. Nos primeiros anos da década de 1990, antes mesmo da conclusão dos acordos, o Brasil voltou a ter acesso aos mercados financeiros externos, depois de um período de seca. Isso aconteceu porque a liquidez internacional se expandiu, as taxas de juros externas caíram e o Brasil pôde abrir um novo ciclo de endividamento. Refinanciou com capitais novos as obrigações externas já existentes e, nesse contexto, adotou a agenda do consenso de Washington.

A dívida externa continua crescendo, e seu serviço continua aumentando. Isso não vem sendo percebido, em parte, porque temos conseguido refinanciá-la e, em parte, porque a composição da conta de capitais mudou muito. Grande parte dessa conta não é mais formada por fluxos que aparecem como endividamento. São investimentos em bolsas de valores, investimentos diretos e aquisições de empresas brasileiras. Por esse motivo, nesse novo ciclo, o crescimento do saldo da dívida externa, ou do serviço dessa dívida, não é tão impressionante. Mas isso é enganoso: estamos acumulando passivos externos em montante muito superior à dívida *stricto sensu*. A forma é que mudou. Temos não apenas passivos financeiros, mas passivos com investidores em bolsas, com compradores de empresas nacionais e outros. O resultado, obvia-

mente, é o aumento das remessas de lucros e dividendos e eventuais repatriações de capitais.

No início, é uma maravilha: as bolsas sobem, aumenta a capacidade de importar, somos classificados como promissor "mercado emergente". Ninguém tem coragem de brechar o processo nessa fase. Mas, quando há uma reversão, a desestabilização dos mercados domésticos é rápida e fulminante. O problema está sendo, apenas, postergado. Na verdade, estamos criando as condições para uma nova crise de endividamento.

JE: *Como se poderia pensar na mudança da agenda dominante? Por onde essa mudança passaria, em termos macroeconômicos?*

"Desde o século XIX, a periferia sempre sofre com as reviravoltas no quadro das finanças internacionais, e o preço mais alto recai justamente sobre os países que acreditaram demais no sistema. O Brasil não aprende isso porque há interesses poderosos envolvidos nesses esquemas."

Paulo: Propor outra agenda tende a cair no vazio se não houver apoio no sistema político e nas forças sociais. Mas talvez seja útil esclarecer alguns pontos. Creio que precisaríamos modificar o modelo macroeconômico e a própria estratégia de inserção internacional.

Em primeiro lugar, o Brasil precisa recuperar o instrumento cambial, que vem sofrendo um processo de imobilização nos anos recentes. Contra nossos interesses, e provavelmente contra a vontade do próprio governo, podemos estar, na prática, resvalando para um sistema próximo ao argentino: câmbio valorizado e considerado inalterável, endividamento crescente das empresas privadas brasileiras no exterior, e endividamento do setor público, seja de forma direta, seja pela absorção do risco cambial do setor privado. Isso pode configurar um quadro de imobilização crescente da política cambial. Os países que perdem o instrumento cambial pagam um preço muito alto, num mundo em que as flutuações das taxas cambiais são a regra. O Brasil precisa modificar sua política cambial e, no médio prazo, até mesmo seu regime

cambial. Depois do Plano Real, ingresamos num regime de ancoragem cambial, referenciado ao dólar dos Estados Unidos, um regime que é cada vez menos viável, diante da forte expansão dos fluxos financeiros internacionais. Esse tipo de regime é especialmente impróprio para uma economia de proporções continentais, como a brasileira. Precisamos recuperar a taxa de câmbio real e, numa segunda etapa, passar para um regime mais flexível, de flutuação cambial administrada.

Em segundo lugar, precisamos de uma política austera na área de importações. Pressionado pelas circunstâncias, o governo tomou algumas medidas nessa direção, mas precisa fazer mais, introduzindo barreiras tarifárias e não tarifárias. É verdade que a OMC e o



Mercosul nos deixam menos margem de manobra para isso do que tínhamos nas décadas de 1970 e 1980. Mas as restrições são menores do que normalmente se diz. A tarifa externa comum do Mercosul, por exemplo, pode ser substancialmente aumentada sem infringir nenhum compromisso assumido no âmbito da OMC, pois a nossa tarifa consolidada na OMC é muito mais alta do que a praticada pelo Mercosul.

Deve-se, além disso, intensificar o esforço de promoção de exportações. O governo também já tomou medidas nessa área, mas insuficientes. Algumas delas não saíram do papel, em parte por causa da desestruturação do próprio Estado, resultado de anos de crise fiscal e predomínio do chamado pensamento neoliberal.

É preciso reequipar os órgãos encarregados de conduzir a política de comércio exterior, isto é, dotá-los de recursos humanos qualificados, equipamentos e sistemas modernos de informação e controle. Nessa área, como em outras, o governo Collor promoveu um grande desmonte, e até hoje não se criou algo satisfatório para substituir a estrutura antiga. Não temos controle adequado

sobre contrabando, sobre os preços praticados no comércio exterior, sobre subfaturamento de importações – ou seja, não temos os instrumentos que a própria OMC permite e prevê.

Além disso, apesar de algumas modificações recentes, o sistema tributário brasileiro ainda onera as exportações e, sobretudo, discrimina o produtor nacional na concorrência com o estrangeiro no mercado doméstico. Uma das prioridades da reforma tributária teria que ser a de modificar os aspectos do sistema que reduzem a competitividade internacional das empresas brasileiras.

Finalmente, eu recomendaria manter cuidadosa distância dos mercados financeiros internacionais, que são uma armadilha terrível. No curto período de minha experiência profissional, iniciada em 1979, já vivi dois ciclos de endividamento externo, com seus altos e baixos. Não preciso ler a esse respeito em livros de história econômica. O quadro mundial é de desordem, de desregulamentação exagerada, de soluções *ad hoc* comandadas pelo governo norte-americano. Desde o século XIX, a periferia sempre sofre com as reviravoltas no quadro das finanças internacionais, e o preço mais alto recai sobre os países que acreditaram demais no sistema.

JE: *Que papel caberia ao capital estrangeiro num novo modelo de desenvolvimento?*

Paulo: Precisamos diminuir drasticamente nossa dependência em relação ao financiamento externo. O capital estrangeiro que pode contribuir com o nosso desenvolvimento é aquele que traz tecnologia, abre o acesso a mercados externos, trabalha em prazos mais longos, etc. Mas não devemos depender demais nem mesmo desse capital, pois precisamos limitar o grau de desnacionalização da economia. No que diz respeito aos capitais de curto prazo, temos que restringir sua entrada no país em épocas de abundância, como fez o Chile desde o final da década de 1980.

O Brasil não aprende essas lições elementares porque há interesses poderosos, internos e externos, que sempre ganham muito dinheiro com esses esquemas. Faturam alto nas fases de capital externo abundante. Nas crises, conseguem livrar-se, graças à intervenção dos emprestadores de última instância. Essas minorias vinculadas ao sistema financeiro, nacional e internacional, interligadas entre si, são pouco solidárias com a nação, mas têm muita influência sobre os governos. Elas levam nosso país a trajetórias insustentáveis, resultando em crises financeiras e cambiais recorrentes, que nos impedem de alcançar o nosso potencial de desenvolvimento.

Globalização econômica e reação política local

J. Carlos de Assis*

A entrevista do geógrafo Milton Santos à edição de novembro do **Jornal dos Economistas** (nº 103) merece ser destacada como um convite à reflexão, não só para os economistas, mas para todos os interessados em ciências sociais e políticas. Foi a mais clara e, ao mesmo tempo, mais despreziosa síntese que vi nos últimos tempos sobre os reflexos, na periferia, da crise dos mercados globalizados, bem como sobre o novo paradigma de ação social e política que ela suscita. É uma crítica ao mesmo tempo demolidora e elegante, sem o viés de ressentimento que muitas vezes enfraquece o discurso libertário.

Além disso, é fundamentalmente otimista. Talvez seja este o toque mais interessante da entrevista. Ela nos chama a atenção para certos aspectos da dinâmica social que a economia decidiu ignorar, mas que são fatores virtuais de mudança – primeiro como fato social, depois, cedo ou tarde, como fato político. Felizmente para os excluídos, não chegamos ao fim da História. Ela apenas mudou de trilha. Ao se tornar, cada vez mais, uma técnica abstrata de racionalização dos interesses dos poderosos, a economia não pode ter respostas para a crise que ela própria provocou. A superação da crise só pode vir no contexto de uma nova economia política.

Mais do que uma técnica a serviço de uma ideologia, a economia moderna – não obstante sua aparência – tornou-se uma ideologia a serviço de opções políticas conservadoras. Abertura, competitividade, globalização, redução do papel do Estado são conceitos que interagem com a estrutura ideológica dominante, condicionando o pensamento e a ação política no interesse dos fortes. Parecem neutros, resultantes da inexorável marcha da História, mas, para usar a imagem de Milton Santos, não passam de falsos faróis, iluminando caminhos que nunca serão trilhados pela maioria esmagadora da população. Para os beneficiários desse processo, naturalmente, seria muito conveniente que a História tivesse parado. Mas Santos aponta justamente para os pontos significativos da dinâmica social que indicam que ela não parou.

O grande poder mistificador da corrente dominante da economia neste final de século tem-se baseado em retirar das equações o problema humano que o keynesianismo e o desenvol-

vimentismo, bem ou mal, nelas haviam introduzido após a Grande Depressão. Vejamos o Brasil contemporâneo. Tivemos uma ameaça de crise grave, um suposto ataque especulativo contra o Real. O governo reagiu prontamente, aumentando os juros. Precisou, em seguida, de um pacote tributário para cobrir os efeitos da alta dos juros. Este teria sido o preço para manter a paridade nominal do Real, o que, por sua vez, é fundamental para manter a estabilidade dos preços e a tranquilidade de devedores (US\$ 84 bilhões) e credores em dólar.

Reduzida a essa lógica implacável, a cadeia de decisões econômicas surge como tecnicamente impecável. O governo agiu de forma rápida e, aparentemente, na medida certa. Entretanto, poucos se dão conta de que esse tipo de ação rápida e certa é a imagem especular da própria política econômica, que elege as crises de que quer cuidar. As outras crises – digamos, todas as crises oriundas do fraco crescimento e da expansão do desemprego – não encontram lugar na matriz de preocupações, a não ser numa vaga retórica de longo prazo. Não são urgentes. Os interesses da maioria – em termos imediatos ou em perspectiva – não integram a matriz principal da política econômica, que serve ao conforto do capital globalizado.

Nesse sentido, a política econômica se tornou altamente seletiva e, em grande medida, dissociada dos problemas sociais reais. Não se trata de uma idiosincrasia do governo de Fernando Henrique Cardoso. É uma idiosincrasia dos governos ditos “modernos”, ou, se se quiser, neoliberais. Fere a estética de sua modernidade incluir entre os problemas da política econômica as questões do desenvolvimento. A presunção é de que, se o governo se limitar aos instrumentos macroeconômicos clássicos – política fiscal e política monetária –, num clima de liberdade comercial, o capital cuida do crescimento, o crescimento cuida do emprego, e o emprego cuida do resto.

Essa simplificação liberal, em nosso caso, vem reforçada pela idéia da estabilidade da moeda. Como outros economistas traumatizados por décadas de economia inflacionária, eu também me alinho aos que consideram prioritário preservar a estabilidade dos preços. Mas discordo do uso da estabilidade como escudo para justificar a omissão do governo nas questões do

desenvolvimento e do emprego. A estabilidade e o desenvolvimento devem estar lado a lado na pauta da política econômica, com o mesmo nível de prioridade. Do contrário, estaremos promovendo a estabilidade para os afluentes, ou, o que é o mesmo, uma economia dissociada da maioria da Nação.

Já não há condições internas ou internacionais – refiro-me ao crédito – para repetir o desempenho de desenvolvimento da década de 1970, fortemente apoiado na ação das empresas estatais. Mas há – e continuará havendo – muito espaço para políticas industriais voltadas para engajar o capital privado em investimentos de maior interesse social nacional. Os governos neoliberais renegam o planejamento, mesmo o de caráter indicativo. Um país em desenvolvimento que abre mão da noção de planejamento estratégico, no mesmo momento em que promove uma abertura indiscriminada, está condenado a apenas administrar os efeitos internos das ondas de choque da economia internacional, perdendo a noção de seu próprio destino.

É claro que a ideologia econômica que está por trás dessa atitude eleva seus faróis acima das condições reais do país e promete um vago futuro auspicioso, promovido pelo capital privado. Sinceramente, eu gostaria de poder acreditar nisso. Mas a realidade não é tão cor-de-rosa. A contrapartida da globalização – falo especialmente da globalização monetária e financeira, já que a internacionalização em si é um fenômeno quase tão antigo como o próprio capitalismo – é a alta vulnerabilidade das economias nacionais aos movimentos bruscos do capital especulativo de curto prazo, radicalizando as tendências cíclicas de alta e de baixa. Fernando Henrique Cardoso, aparentemente, se preocupou com isso, pelo menos no terreno da retórica, quando, no início do seu governo, fez um apelo aos líderes do G-7 para uma ação combinada, destinada a pôr ordem na fuzarca financeira internacional. Enquanto fazia esse leve sinal diplomático, sua equipe econômica afundava o pé na nossa própria internacionalização financeira, estimulando inclusive a abertura do mercado de capitais às aplicações financeiras de curto prazo. Dessa forma, no limite, expôs a economia às bruscas oscilações especulativas internacionais, na medida em que a matriz principal de sua política econômica

passou a integrar a preocupação de segurar aqui os recursos aplicados nas bolsas.

Seria a globalização financeira um caminho inevitável? Ou entramos nele por opção própria, buscando oferecer conforto ao capital especulativo internacional, na doce ilusão de mudar sua natureza aqui dentro? Nem todos os países, industrializados ou não, entraram nessa onda. Apesar da pressão americana, o Japão não entrou. Nem o Chile. Mas o Brasil, cujo presidente instou os países ricos a estabelecer uma nova ordem financeira internacional, abriu desde 1991, por vontade própria e de forma unilateral, a parte do mercado doméstico mais vulnerável ao capital especulativo, sem sequer impor condicionais eficazes (de prazos, por exemplo).

Não se diga que sou contra a globalização. Seria uma atitude irrealista. A globalização é uma tendência inexorável do capitalismo moderno, no rastro da revolução das comunicações. Mas é importante não confundir meios e fins. A novidade não são as comunicações globais, que passaram a ser um dado da realidade, nem a economia global ou a sociedade global, que, como categorias sociais ou políticas, continuarão sendo uma utopia, enquanto restarem os Estados nacionais. Estes continuam e continuarão sendo, por muito tempo, a arena onde se manifestam e se resolvem as relações e os conflitos sociais e econômicos. Neste sentido, a globalização econômica é um processo que arrasta uma parte da sociedade, não podendo ser um fim em si para toda a sociedade. O avanço desse processo, nos marcos de cada economia, deve ser politicamente condicionado. Isso impõe que o próprio conceito de globalização seja desnudado, ou diferenciado, para melhor avaliar os impactos locais e nacionais de cada estratégia econômica no contexto da economia real.

Como fenômeno comercial ou industrial, a globalização não tem o mesmo impacto local da globalização monetária e financeira. Comércio e indústria criam, ao lado das econômicas, relações sociais locais mais ou menos amplas, estabelecendo uma rede relativamente estável de interesses. Uma filial de fábrica pode ser desativada, mas essa operação tem um custo, ou seja, equivale a uma perda de capital. Mas a projeção local de um braço de uma instituição financeira globalizada

se reduz, no limite, a um terminal de computador. Mesmo assim, ao sabor das ondas de choque especulativas, pode mobilizar bilhões em investimentos. No começo da crise asiática, escoraram US\$ 9 bilhões das reservas brasileiras por meio desses terminais de computador, em menos de 48 horas. Esse tipo de vulnerabilidade aos movimentos do capital especulativo é inevitável? Não. Atrair para cá esses capitais voláteis foi uma opção do nosso governo.

Como tendência, a globalização é

um fenômeno econômico que agudiza as contradições com os fenômenos locais. Com a explosão das comunicações, a miséria no Zaire, a guerra na Bósnia, a criminalidade na Rússia, a fome na Coreia do Norte, a guerrilha em Chiapas, o desafio de Sadam Hussein e o desmatamento da Amazônia assumem dimensão global. Como contrapartida, existe também um fenômeno global de solidariedade social, de compaixão, de cooperação internacional. Nada de absolutamente novo, mas potencializado pela telemática. Entre-

tanto, ninguém espera que a generalização da informação vá resolver, por si, essas crises locais. Ou que elas se resolvam pelo atrelamento da economia à locomotiva da globalização.

É no contexto de cada Estado-nação que cada sociedade define seu destino social e econômico. E são as forças locais, confiando em seus próprios meios de mobilização social e política, que encontrarão caminhos para se reconhecerem e se inserirem na matriz da política e da economia global. Quanto mais se agravam os

problemas locais, mais eles tendem a correr para o centro de gravidade da política.

Se entendi bem a mensagem de Milton Santos, ele – de forma simples mas nada ingênua – identifica aí, com certo otimismo, a emergência de uma matriz de forças políticas capaz de recondicionar a matriz da política econômica excludente, engendrada pela ideologia neoliberal.

* Economista e jornalista.

COLUNA *Municipal*

Em virtude do recesso parlamentar não apresentamos a coluna, que voltará a ser publicada tão logo as atividades legislativas da Câmara Municipal sejam reiniciadas.

CURSO

MATEMÁTICA FINANCEIRA I

Professor Nelson Le Coq

Período: 02 a 06/03/98 • Horário: 18:30h às 21:30h

Local: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar

PROGRAMA

- Valor do dinheiro no tempo. Conceitos iniciais de juros e fluxos de caixa;
- Juros simples, valor atual, fórmula geral para operações com taxas de juros simples. Taxas proporcionais, nominais e efetivas; operações com juros antecipados e postecipados. Desconto comercial e desconto bancário. Método hamburguês, cálculo dos juros nos cheques especiais;
- Sistema Americano e Sistema de Amortizações Constantes;
- Juros compostos: cálculo do valor dos juros, do montante e do valor atual. Fórmula geral;
- Taxas proporcionais e taxas nominais e efetivas; taxas reais e aparentes;
- Estudo do Fluxo de Caixa: Comparação entre alternativas de investimento;
- Anuidades. Tabela Price. Fator de Formação de Capital. Planos de Financiamento. Planos com Carência. Prestações Intermediárias. Identificação de Taxas Reais de Juros em Diferentes Planos;
- Valor Atual Líquido.
- Taxa Interna de Retorno.

Valor do curso: R\$ 220,00

Preços com desconto para associados

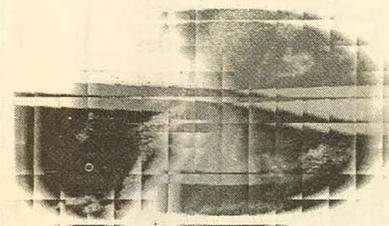
Promoção: IERJ/CORECON/SINDECON

Mais informações na secretaria do IERJ: 224-0578 e 509-1077

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS

– O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de fevereiro/98.



Fácil.
Muito Fácil!

ESPRI

A maneira mais fácil de realizar Pesquisas Quantitativas de Marketing

Até hoje os usuários de programas de análise de pesquisas tinham poucas alternativas. Dispunham apenas de simples tabuladores ou de complexos programas cujo uso adequado exigia um longo aprendizado. O ESPRI (Easy System for Performing Reserach Investigation) vem preencher essa lacuna.

Desenvolvido na Nova Zelândia pela Information Tools Ltd., o ESPRI hoje está presente em mais de 60 países, possibilitando a seus usuários poderosas e sofisticadas ferramentas de análise interativa de dados, tudo disponível com um simples clique do mouse:

- Tabulação de dados conjugada com AutoGraphing, um sistema inteligente de criação dos mais variados tipos de gráfico (inclusive mapas de análise de correspondência).
- What's Different e Describe: para análise multivariada das diferenças entre quaisquer segmentos de interesse
- Mapping: para mapeamentos conceituais
- Segmentation: com um moderno algoritmo para a segmentação dos consumidores
- Forecasting: onde um sistema especialista interno identifica o modelo mais adequado para efetuar as previsões

Livre-se dos seus 'dongles'. Venha para o sistema que é fácil e tira dos seus dados a informação que eles podem dar. Para ter suas bases de dados no ESPRI, contate: Luiz Sá Lucas ou Andréa Braga - **Tel: 55 21 507-3305/508-8598 - Fax: 55 21 232-6808** - E mail: ids@mi.montreal.com.br



IDS
Interactive Data Systems

Reino Unido, Irlanda, Bélgica, Holanda, Alemanha, Nova Zelândia, Austrália, Malásia, Canadá, Brasil, África do Sul, Suécia

PUBLICAÇÕES

Estão no prelo, de responsabilidade do Corecon-RJ e/ou do Corecon-RJ/IERJ e Sindecon, os seguintes livros:

PERFIL DOS ECONOMISTAS – resumo dos resultados da pesquisa "Os economistas do Rio de Janeiro – perfil, mercado de trabalho e opiniões", realizada pelo Corecon-RJ, IERJ e Sindecon. A regulamentação da profissão do economista completou 45 anos, em meio a circunstâncias que apontam novos desafios e tendências complexas e contraditórias. Por entender que contínuas mudanças culturais, tecnológicas e organizacionais exigem profissionais altamente capacitados em múltiplas áreas do conhecimento, decidiu-se realizar uma primeira pesquisa para conhecer o perfil, o mercado de trabalho e algumas opiniões dos profissionais do Rio sobre a atuação das entidades e os rumos da política econômica.

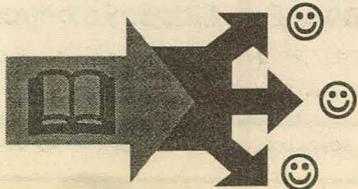
GUIA DOS CONSULTORES EM ECONOMIA, elaborado com a finalidade de divulgar as empresas registradas no Corecon-RJ que desenvolvem atividades de consultoria ou de assessoria. O Conselho pretende, desta maneira, facilitar o acesso dos que necessitam de consultores na área econômica, ao mesmo tempo em que presta um serviço às empresas nele registradas, divulgando-as em suas áreas de especialização. O Guia será enviado a instituições públicas e a empresas privadas nacionais e multinacionais.

VIII PRÊMIO DE MONOGRAFIA 1997, reunindo os três trabalhos vencedores do concurso de monografias realizado, anualmente, pelo Corecon-RJ e aberto à participação de todas as faculdades de economia do Estado com o objetivo de incentivar a pesquisa e premiar os melhores trabalhos finais de graduação. A banca do ano passado foi coordenada pela conselheira Maria José Cyhlar Monteiro e contou com a participação dos professores Fernando Roberto F. Almeida (FGV), Léo da Rocha Ferreira (UERJ), Ralph Miguel Zerkowsky (Faculdade da Cidade) e René Louis de Carvalho (UFRJ).

O ENSINO DE ECONOMIA – QUESTÕES PRÁTICAS E TEÓRICAS, com textos apresentados por professores no II Simpósio sobre o Ensino de Economia e no I Seminário Nacional de Informática e Pesquisa de Economia, realizados de 13 a 16 de outubro do ano passado. O debate, iniciado no I Simpósio, foi desenvolvido em mesas temáticas e em painéis, para discutir a formação do economista e os rumos que vem tomando a Ciência Econômica, assim como os efeitos sobre a estrutura curricular. Paralelamente foram realizadas conferências sob a coordenação do NUCA/IE/UFRJ sobre experiências e projetos que estão sendo desenvolvidos sobre o uso da informática no ensino e na pesquisa em Economia.

Doação de Livros

A campanha Doe Livros, seja um intermediário no acesso ao conhecimento, promovida pelas entidades dos economistas - CORECON-RJ, IERJ e SINDECON - está ajudando a equipar diversas bibliotecas no Estado, de agosto 96 até agora. Foram 3.820 doações em diversas áreas - economia, contabilidade, direito, literatura, história, administração, educação, além de obras de referência (dicionários e enciclopédias). A campanha continua, e os interessados na doação devem entrar em contato com a bibliotecária Ester Oliveira Teixeira, das 13h às 17hs, na Biblioteca Eginardo Pires.



CONVÊNIO

PUBLICAÇÕES DA CEPAL

O Conselho Regional de Economia-RJ, em convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, está vendendo publicações da CEPAL em sua biblioteca, no horário das 13 às 17hs, onde o catálogo das obras poderá ser consultado. O preço utilizado será o dólar das Nações Unidas e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da CEPAL em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Balance preliminar de la economía de America Latina y el Caribe*, 1996, 55p. US\$ 8;
- *Panorama social de América Latina*, 1996, 218p. US\$ 10;
- *Los bancos transnacionales y el financiamiento externo de América Latina. La experiencia del Perú, 1965-1976*, Roberto Devlin, 1980, 265p., US\$ 8;
- *La dimensión ambiental em los estilos de desarrollo de América Latina*, Osvaldo Sunkel, 1981, 2ª edição - 1984, 136p., US\$ 6;
- *Africa y América Latina: Perspectivas de la Cooperación Interregional*, 1983, 286p., US\$ 10;
- *Avances en la interpretación ambiental del desarrollo agrícola de América Latina*, 1985, 236p., US\$ 12;
- *Cooperativismo Latinoamericano. Antecedentes y Perspectivas*, 1989, 371p., US\$ 15;
- *América Latina y el Caribe: opciones para reducir el peso de la deuda*, 2ª ed., 1990, 118p., US\$ 8;
- *En torno a las ideas de la CEPAL: problemas de la industrialización en América Latina*, 2ª ed., 1984, 46p., US\$ 6;
- *Raíces históricas de las estructuras distributivas de América Latina*, Armando di Fillippo, 1997, 2ª ed., 1983, 64p., US\$ 6.

ANPEC

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Curso Intensivo de Teoria Econômica
Elaborado segundo programa oficial

ANPEC

Experiência comprovada • Alto índice de aprovação
Mais tempo de aulas pelo menor preço

Período: março a outubro

Apoio: CORECON-RJ/SINDECON-RJ

Informações na secretaria do IERJ
Av. Rio Branco, 109 - 19º andar
Tels. (021) 509-1077 ou 224-0578

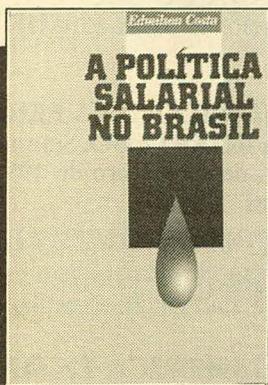
A ilusão do desenvolvimento, de Giovanni Arrighi. O autor apresenta os pilares que regem a economia de mercado e propõe uma releitura do projeto desenvolvimentista que sustentou, entre 1950 e 1980, a possibilidade de reduzir o fosso entre a elite capitalista e o restante do mundo, com base em políticas de modernização e industrialização nacionais. Volume da coleção "Zero à esquerda, os novos rumos da contestação", da Editora Vozes. A coleção pretende apresentar uma crítica bem fundamentada ao atual debate em ciências sociais, propondo uma reflexão teórica de final de século nas áreas de Filosofia, Economia, Antropologia e Sociologia. Nos livros já publicados, notórios pensadores de esquerda repensam a atual conjuntura, fazendo uma intervenção política de alto nível. Além de *A ilusão do desenvolvimento*, já foram lançados *Dicionário de bolso do Almanaque Filosófico Zero à Esquerda*, de Paulo Arantes, *Os moedeiros falsos*, de José Luís Fiori, *Os últimos combates*, de Roberto Kurz e *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, de Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, já destacado nesta coluna na última edição.



Desarrollo económico local y distribución del progreso técnico (una respuesta a las exigencias del ajuste estructural), de Francisco Albuquerque, Cuadernos del ILPES, 43.

Os cinco capítulos do livro são resultado de um trabalho desenvolvido em diversas atividades de capacitação e assessoria técnica pelo autor em vários países da América latina e do Caribe. Uma publicação ILPES (Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social), Consejo Regional de Planificación e CEPAL. À venda na biblioteca deste Conselho.

A opção agroambiental, do economista Miranda Neto. O autor pretende conscientizar o público alertando sobre a existência de inúmeras alternativas que já estão sendo postas em prática em contraposição ao irracional, neurotizante e desgastante modo de vida atual. E pergunta: "Qual motivo mais plausível, lógico e racional do que assegurar a sobrevivência condigna a todos os homens através do desenvolvimento ambiental participativo?" Editora Cejup, tel.: (011) 288-2794.



A política salarial no Brasil, de Edmilson Costa. Aborda o período de 1964 a 1985, e a partir da sistematização de dados, que inclui o levantamento de todas as leis salariais e as perdas dos trabalhadores no período. Constrói a radiografia do arrocho salarial no Brasil, ressaltando ser este fenômeno o principal responsável pelo modelo econômico excludente implantado a partir de 1964. Boitempo Editorial, com apoio da Fundação Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo.

ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro – CORECON-RJ, SINDECON e IERJ – oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. Em dias alternados, o Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas às segundas-feiras, das 10h às 13h, na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, tel. 265-2535) ou na do CORECON (Av. Rio Branco 109, 19º andar, tel. 224-0578). Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

LIVROS EM VENDA DIRETA

Lançamento

O pensamento chinês
416 páginas
Marcel Granet
Preço com desconto: R\$ 28,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A sociedade do espetáculo
Guy Debord - 240 p.
Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.
Kwame Anthony Appiah
Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.
Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bourdieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

A lógica do capital-informação
Marcos Dantas - 160 p.
Preço com desconto: R\$ 14,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.
Ricardo Bielschowsky
Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)
Preço com desconto: R\$ 25,00

A parte e o todo - 288 p.
Werner Heisenberg
Preço com desconto: R\$ 20,00

A formação do espírito científico - 316 p.
Gaston Bachelard
Preço com desconto: R\$ 20,00

CONTRAPONTO

Tel. / fax (021) 275-0751
Caixa postal 56066
Rio de Janeiro, RJ
CEP 22292-970
e-mail:
contraponto@rio.nutecnet.com.br

Balanço das atividades – 1997

Convênios, cursos, eventos, palestras, publicações, serviços e outras iniciativas integram o balanço das atividades das três entidades dos economistas do Rio de Janeiro, que também têm participado do debate sobre os grandes temas da economia brasileira. A pesquisa sobre o perfil, o mercado de trabalho e as opiniões dos associados, realizada no ano passado, tem sido usada para aprimorar o desempenho das entidades, que aumentaram o número de convênios e parcerias com outras instituições.

Em 1998, o trabalho continua, buscando maior aproximação entre os economistas e suas entidades. Abaixo, publicamos um resumo das atividades realizadas no ano passado.

Adhemar Mineiro, pelo Corecon-RJ
Sidney Pascoutto, pelo Sindecon-RJ
João Paulo de A. Magalhães, pelo IERJ

CONVÊNIOS

CORECON-RJ/MNBA. O Corecon firmou convênio com o Museu Nacional de Belas Artes para reproduzir gravuras de artistas representativos da cultura brasileira na capa do *Jornal dos Economistas*.

ADESÃO À INTERNET. Através de convênio com a Altercom, o Conselho continua recebendo adesões de economistas ao sistema Alternex, em condições favoráveis: 30 horas por R\$ 35,00, mais taxa de inscrição.

EDITORA CONTRAPONTO. Para compra, pelos economistas, de livros por correspondência, com descontos médios de 40%.

AGROANALISYS. A assinatura da revista de economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas passou a custar 20% a menos para os economistas filiados ao Corecon-RJ.

LIVRARIA ARTES & LETRAS. Ofereceu livros com 10% de desconto em títulos nacionais e 20% em títulos importados, além de pesquisa bibliográfica gratuita e entrega a domicílio para os associados do Corecon/IERJ/Sindecon.

ARIES ON LINE. Os associados das entidades dos economistas receberam desconto de 50% na assinatura do banco de dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, com acesso a cerca de 3 mil séries históricas sobre a economia brasileira.

MICROCOMPUTADORES PARA ECONOMISTAS. O Corecon-RJ e a Unysis Brasil Ltda. firmaram convênio para oferecer equipamentos de última geração aos associados, com descontos e financiamento.

PUBLICAÇÕES DA CEPAL. O Corecon-RJ e a CEPAL firmaram convênio para a venda, pelo Conselho, das publicações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Corecon e JORNAL DO COMMERCIO realizaram acordo operacional para venda de assinatura daquele jornal com desconto para os associados das entidades dos economistas; em contrapartida, espaço publicitário para as atividades desenvolvidas pelo Corecon/IERJ/Sindecon-RJ.

CURSOS

ANPEC E RECICLAGEM EM ECONOMIA. Realizado pelo IERJ, com apoio do Corecon e Sindecon de março a outubro de 1997, para reciclagem em Economia e preparação para o concurso de Mestrado da ANPEC.

TEORIA E PRÁTICA DE CÁLCULOS DE LEGISLAÇÃO SALARIAL NO PROCESSO TRABALHISTA. Cursos realizados pelo professor Juarez Varallo Pont de 24/04/97 a 26/04/97 e de 03 a 05/07/97, com 18 horas/aula, com o objetivo de preparar tecnicamente profissionais legalmente habilitados para o exercício da função de perito judicial trabalhista e/ou calculista.

ORÇAMENTO PÚBLICO. Realizado pelas entidades dos economistas em conjunto com o Ibase nos dias 26 e 27 de junho, na sede do Corecon-RJ, com os professores João Sucupira, Leonardo Mello e João Roberto.

PREPARATÓRIO PARA O CONCURSO DE ECONOMISTAS DO BNDES. Realizado pelo IERJ no mês de novembro do ano passado.

EVENTOS QUE RECEBERAM O APOIO DO CORECON/IERJ/SINDECON

II ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Realizado de 27 a 30 de maio de 1997 pela PUC/SP.

II SEMANA ACADÊMICA DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO. Realizado na UFRRJ de 20 a 24 de outubro de 1997, para discutir o tema "A Globalização e o Mercado de Trabalho".

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ECONOMIA PÓS-KEYNESIANA. Realizado de 25 a 27 de junho de 1997 na UFRJ

XXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC). Realizado em Recife, de 10 a 12 de dezembro de 1997.

XII CONGRESSO DA ANGE. Realizado, em outubro, na Universidade de Brasília

PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA. O concurso do Cofecon recebeu inscrições feitas nos regionais até o final de dezembro, nas categorias Livro e Tese de Doutorado, Artigo e Estudante.

PORTOS, CIDADES E TERRITÓRIOS NA VIRADA DO SÉCULO: O CASO DO PORTO DE SEPETIBA. Workshop internacional realizado na UFRJ de 22 a 25 de abril de 1997.

INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA PERSPECTIVA COMPARATIVA SOBRE A REFORMA DO ESTADO. Seminário internacional realizado no Rio nos dias 12/13 e 14 de novembro de 1997, organizado por um grupo de professores e pesquisadores.

PALESTRAS E DEBATES

PALESTRAS CORECON-RJ/CEPAL SOBRE A AMÉRICA-LATINA FRENTE AO PROBLEMA DOS FLUXOS DE CAPITAIS - UM BALANÇO PÓS-"TEQUILA". Teve como palestrante o prof. Ricardo Ffrench Davis, economista da CEPAL. Foi diretor do Banco Central do Chile na época em que se introduziu a "quarentena" aos fluxos de capitais de curto prazo. A palestra teve como comentaristas a profª Maria da Conceição Tavares (Deputada Federal/PT-RJ) e o prof. João Paulo de Almeida Magalhães (presidente do IERJ). O evento foi realizado pelo Corecon-RJ/IERJ/Sindecon no Clube de Engenharia, no dia 6 de março de 1997.

PALESTRAS CORECON-RJ/CEPAL "PANORAMA DE LA INSERCIÓN INTERNACIONAL DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE". Teve como palestrante Viviane Ventura-Dias e como comentaristas os profs. René Dreifuss (UFF) e Reinaldo Gonçalves (IE/UFRJ e vice-presidente do Corecon-RJ). Foi realizado no Clube de Engenharia, no dia 03 de abril de 1997.

PALESTRAS CORECON-RJ/CEPAL "PANORAMA SOCIAL DA AMERICA LATINA - 1996". Com Pascual Gerstenfeld, pesquisador da CEPAL como palestrante, e como comentaristas o prof. Carlos Lessa (diretor do IE/UFRJ e conselheiro) e Candido Grzybowski (diretor do Ibase). Foi realizado no Clube de Engenharia, no dia 10 de abril de 1997.

DEBATE DO DIA DO ECONOMISTA "DESAFIOS E NOVOS PARADIGMAS DO ENSINO DE ECONOMIA". Reuniu como palestrantes os professores Alberto Di Sabbato (UFF), Esther Morato (Univ. de Havana), Leonardo Burlamaqui (Fac. Candido Mendes - Ipanema), Alcino Câmara (UFRJ) e Zenon de Oliveira (Fac. Candido Mendes - Ipanema) no dia 13 de agosto de 1997, na Faculdade Candido Mendes - Ipanema.

PACOTE ECONÔMICO. Tendo como debatedores Adhemar Mineiro (presidente do CORECON-RJ) e Sidney Pascoutto (coord. geral do Sindecon-RJ), foi realizado no auditório da ASA, no dia 11 de dezembro de 1997 pelo IERJ/Corecon/Sindecon/ASA.

DÉFICIT EXTERNO BRASILEIRO. Realizado no auditório da Firjan, reuniu como debatedores Paulo Nogueira Batista Júnior (FGV-SP) e Fábio Giambiagi (BNDES), atuando como mediador o prof. Reinaldo Gonçalves (UFRJ e vice-presidente do Corecon), no dia 23/06. Foi promovido pelo IERJ/Sindecon/Corecon-RJ e Firjan.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. Palestra de Ubiratan de Souza (primeiro coordenador do orçamento participativo em Porto Alegre) e dos prefeitos de Barra Mansa e Angra dos Reis, Inês Pandeló Cerqueira e José Marcos Castilho, respectivamente, no dia 4/08, no Clube de Engenharia, que apoiou o encontro.

O PAPEL E O PERFIL DO ECONOMISTA. Palestra realizada pelas entidades dos economistas, representadas pelos economistas Luiz Mario Behnken (diretor do Sindecon) e Ivo Bucaresky (diretor do IERJ), com o patrocínio do Departamento de Economia e Diretório Acadêmico da Faculdade Bennett.

PARTICIPAÇÃO

O presidente do Corecon, os conselheiros, os diretores do IERJ e os do Sindecon participaram de todos os eventos promovidos pelas instituições representativas dos economistas, somando esforços para modernizar a legislação e abrir nichos no mercado de trabalho para a categoria.

Convidado por um grupo de parlamentares da África do Sul, o presidente do Corecon-RJ, Adhemar dos Santos Mineiro, participou do seminário *Economia da transformação - um estudo parlamentar*. Os organizadores do evento consideraram de extrema relevância introduzir no debate outros casos internacionais e, por este motivo, foram convidados economistas do Brasil e da Índia.

PUBLICAÇÕES

VII PRÊMIO DE MONOGRAFIA - 1996

Publicação das monografias vencedoras em livro; as do VIII Prêmio estão sendo igualmente editadas.

A CRISE DOS PARADIGMAS E OS DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI
Os anais do seminário estão no prelo, em edição em conjunto com as outras instituições acadêmicas que promoveram o encontro.

I SIMPÓSIO DO ENSINO DE ECONOMIA

Foi editado o livro com os textos apresentados no seminário. O do II Simpósio, realizado em outubro de 1997, está em fase de preparação.

GUIA DOS CONSULTORES EM ECONOMIA

Elaborado para divulgar as empresas registradas no Corecon-RJ que desenvolvem atividades de consultoria e ou de assessoria, está em fase de conclusão.

PERFIL DOS ECONOMISTAS

O resumo dos resultados da pesquisa "Os economistas do Rio de Janeiro - perfil, mercado de trabalho e opiniões" foi publicado em encarte no *Jornal dos Economistas* e sua edição em livro está em fase de conclusão.

SEMINÁRIOS

A CRISE DOS PARADIGMAS E OS DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI.

Realizado pelas entidades dos economistas - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon em conjunto com instituições acadêmicas que formaram um consórcio - Mestrado em Economia da UFF, Pós-Graduação em História da PUC-Rio, Pós-Graduação em História da UFF, Sociedade Brasileira de Economia Política, CPDA/UFRRJ e IE/UFRJ com o apoio da CEF, COFECON, Fundação Roberto Marinho, FINEP e Faculdade Candido Mendes. O seminário reuniu professores estrangeiros com grande expressão no cenário acadêmico mundial como Agnes Heller (The New School of Social Research de Nova Iorque), Margot Light (London School of Economics), François Chesnais (Université de Paris XIII), Kwame Appiah (Harvard University), Elmar Altvater (Universidade Livre de Berlim), Benedict Anderson (Cornell University, N.Y.), Kinhide Mushakoji (Meiji Gakuin, Japão), Boaventura de Souza Santos (Universidade de Coimbra) e Francisco Segrera (Unesco). Os debatedores e moderadores brasileiros representaram universidades do Rio e de outros estados, e o público, sempre muito interessado, lotou o auditório da Faculdade. Às vésperas do século XXI, os desafios para uma reformulação do paradigma científico vigente foram repensados em várias áreas do conhecimento: história, sociologia, filosofia, economia, ciência política e antropologia. O livro com os anais do simpósio está sendo editado.

II SIMPÓSIO SOBRE O ENSINO DE ECONOMIA / I SEMINÁRIO NACIONAL DE INFORMÁTICA NO ENSINO E NA PESQUISA DE ECONOMIA

- realizados pelas entidades dos economistas e pelo Nuca/IE/UFRJ de 13 a 16 de outubro de 1997. O II Simpósio sobre o Ensino de Economia propôs a discussão sobre a estrutura curricular, a atualidade e a qualidade do ensino de graduação em economia nas instituições de ensino fluminenses. O Seminário Nacional de Informática no Ensino e Pesquisa de Economia contou com relato de experiências e apresentação de *papers*. Apoio do Cofecon e da Fac. Candido Mendes.

SERVIÇOS E ATIVIDADES

BIBLIOTECA. A fim de melhorar o acervo e o atendimento aos usuários foram compradas 24 obras, feitas 17 assinaturas de revistas, periódicos, monografias, teses e jornais e recebidas 1.106 doações entre livros, periódicos e teses; 786 obras foram consultadas. O acervo tem, entre livros, teses, monografias e obras de referência (dicionários e enciclopédias), 2.550 volumes e 196 títulos de periódicos.

CAMPANHA DE DOAÇÃO DE LIVROS CORECON-RJ. Onze entidades foram beneficiadas com esta campanha, recebendo 3.820 livros: Secretaria Mun. de Educação/RJ, Centro de Apoio ao Mov. Popular da Zona Oeste (Campo), Inst. de Ação Cultural (Idac), Grêmio Estudantil Paulo de Frontin, UFRRJ, Fac de Belford Roxo (Fabel), UFF, diretório da Univ. Salgado de Oliveira, Mov. dos Sem Terra (MST), Univ. Estácio de Sá e Biblioteca Pública da Tijuca.

VIDEOTECA. Houve um aumento de 84 fitas no acervo e atendimento a 41 usuários; foram alocadas 52 fitas e vendidas 122.

VIII PRÊMIO DE MONOGRAFIA CORECON/RJ. O Prêmio de Monografia realizado este ano teve o patrocínio do Banco do Brasil e do Cofecon; sua entrega foi no dia 15/12/97, no auditório do Clube de Engenharia. O livro das monografias premiadas será publicado brevemente.

HOMENAGEM A IGNÁCIO RANGEL. Durante a entrega do VIII Prêmio de Monografia foi feito o lançamento dos *Anais do I Simpósio sobre Ignácio Rangel*, com a presença de parentes do ex-conselheiro do Corecon-RJ e com palestra do prof. Armen Mamigonian, que promoveu o simpósio em Florianópolis.

JORNAL DOS ECONOMISTAS. Foi mantida a periodicidade mensal e a tiragem de 20 mil exemplares, sofrendo um aumento no número de páginas para possibilitar um espaço maior para a análise e a reflexão dos principais temas econômicos. O jornal publicou algumas edições especiais, a fim de levar aos seus associados importantes assuntos debatidos em seminários e palestras/debates realizados pelo Corecon.

HOME PAGE. As entidades dos economistas mantiveram atualizado o seu *site*: www.economistas.com.br, onde estão oferecendo *links* interessantes para economistas e estudantes, as três últimas edições do *Jornal dos Economistas* sempre disponíveis, programação de eventos, chamadas para concursos públicos e cursos de mestrado e doutorado e outras informações essenciais para os navegadores. Durante o ano foram feitos mais de 4.000 acessos.

BOLSA DE EMPREGO - serviço gratuito, criado pelo Corecon-RJ para auxiliar na procura de inserção no mercado de trabalho. Mantém um cadastro informatizado com, aproximadamente, 450 currículos de economistas. Este serviço é divulgado

para as empresas do Rio de Janeiro, especialmente as pequenas e as médias, que não têm condições de pagar as agências especializadas. Neste ano foram remetidos 228 currículos para 29 empresas.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA. Oferecida gratuitamente aos associados das entidades em dias alternados nas sedes do Conselho Regional de Economia e do Sindicato dos Economistas. Os economistas, empregados ou aposentados, têm à disposição serviços jurídicos nas áreas trabalhista, administrativa e previdenciária. O Conselho mantém, também, assistência na área de prerrogativas da profissão.

APOIO A ESTUDANTES. As entidades dos economistas mantiveram uma política de reaproximação com os diretórios acadêmicos de economia, apoiando diversas atividades promovidas pelos D.As., financiando delegações estudantis para encontros de economia e dando estrutura para o Conselho de D.As. Além disto, o Corecon-RJ e o Sindecon-RJ oferecem bolsas para os cursos promovidos. Os estudantes filiados ao IERJ recebem descontos especiais nos cursos.

PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS ECONOMISTAS. O Corecon-RJ, o Sindecon e o IERJ realizaram uma primeira pesquisa para conhecer o perfil, o mercado de trabalho e algumas opiniões dos economistas do Rio de Janeiro sobre a atuação das entidades e os rumos da política econômica. Um resumo dos resultados foi publicado em edição do *Jornal dos Economistas* e uma versão ampliada está sendo editada em livro.

GRUPO DE TRABALHO DO SETOR FINANCEIRO. Foi constituído um GT sobre o setor financeiro, que reúne regularmente estudiosos e profissionais da área, para elaboração de trabalhos e assessoramento às entidades sobre o assunto. Brevemente sairá um caderno especial com os artigos e análises elaborados pelo grupo de trabalho.

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO. As três entidades dos economistas do Rio de Janeiro – Corecon, Sindecon e IERJ – participaram do Fórum Popular do Orçamento, organização que reúne dezenas de entidades representantes da socie-

dade civil. As reuniões semanais foram e são realizadas no Corecon, sede do Fórum. Por iniciativa do Fórum, foi incluído artigo na Lei de Diretrizes Orçamentárias que determinou a realização de reuniões regionalizadas para discussão do orçamento municipal. Tais reuniões contaram com a presença de mais de 2 mil cariocas!

REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA. Concluímos a elaboração e implementamos o novo Plano de Cargos e Salários do Corecon-RJ. Foram criadas novas assessorias e secretarias para possibilitar maior agilidade e presteza aos trabalhos e serviços do Conselho.

VENDA DA CASA DO ECONOMISTA. Foi vendido o casarão pertencente ao Corecon-RJ, na rua Bento Lisboa, onde se pretendia organizar a Casa do Economista, por ser o imóvel tombado e exigir obras muito caras. A receita arrecadada será utilizada na compra de um novo espaço no Centro da cidade, conforme demanda da categoria, visando a expansão das atividades das entidades e do atendimento ao economista.

XII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS. Realizado de 9 a 12 de setembro do ano passado em Fortaleza, o encontro teve como tema “Brasil – uma agenda para o século XXI: a construção de uma sociedade mais justa” e reuniu cerca de 1.500 profissionais e estudantes de economia. No final do congresso aprovou-se a Carta de Fortaleza, já publicada neste jornal, e a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida sede do XIII Congresso Brasileiro dos Economistas, em setembro de 1999, conjuntamente com o VIII Congresso da AEALC.

CONGRESSO DA AEALC. Diversas entidades de economistas do Brasil, incluindo o Corecon-RJ, o IERJ e o Sindecon participaram do VI Congresso da Associação Latino-Americana e Caribenha dos Economistas, realizado de 11 a 13 de junho do ano passado em Havana, Cuba. O encontro contou com a presença de 400 delegados de 24 países, que discutiram as condições socioeconômicas atuais da América Latina. Ficou definido, na ocasião, que a cidade do Rio de Janeiro sediará o próximo Congresso, em 1999, que será o primeiro a ser realizado no Brasil.

NO AR**DEBATE BRASIL**

Está entrando no ar **DEBATE BRASIL** – programa semanal de entrevistas sobre grandes temas nacionais, patrocinado pelo Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) e pela Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), que assim pretendem contribuir para romper, mesmo parcialmente, o virtual monopólio sobre a informação veiculada pela mídia eletrônica, em vigor no Brasil.

Iniciativa inédita, **DEBATE BRASIL** refletirá de forma crítica e independente o futuro do país a médio prazo e discutirá questões econômicas e políticas que estejam na ordem do dia. Apresentado pelos jornalistas Ricardo Bueno e Álvaro Queiroz, **DEBATE BRASIL** irá ao ar na Vinde TV, sempre aos sábados, das 18 às 19 horas, em rede nacional, pela NET e TVA.

Não perca. Prestígie esse espaço democrático.

Jornal dos Economistas_{RJ}

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86

IMPRESSO

Entregue aos Correios até 12.02.98